



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados

REITORIA

Luciana M. Massukado

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Rodrigo Maia Dias Ledo

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Veruska Ribeiro Machado

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Giovanna Megumi Ishida Tedesco

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

Paulo Henrique Sales Wanderley

DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS SAMAMBAIA

Paulo Henrique Silva Ribeiro

DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Fernando Rodrigues de Castro

COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO

André Fernandes Rodrigues Pereira

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Juliana Pereira Garcia

ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO

Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues

Stela Martins Teles

REVISÃO TEXTUAL

Suiane Bezerra da Silva

COMISSÃO DE REELABORAÇÃO DO PLANO DE CURSO

PORTARIA nº 560, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Designa os seguintes servidores docentes para a Comissão de Reformulação do Plano de Curso do Curso de Licenciatura em Educação Profissional – Formação Pedagógica para graduados não licenciados

Stela Martins Teles

Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues

Andrea de Faria Barros Andrade

Mônica Luciana da Silva Pereira

Gustavo Aguiar Malafaia de Araújo

Sinara Nunes Guedes

SUMÁRIO

SUMÁRIO	4
1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	6
1.1. Identificação da Instituição	6
1.2. Dados de Identificação do Curso	7
2. HISTÓRICO	8
2.1. Da Instituição	8
2.2. Do Campus	9
2.3. Justificativa do Curso	11
3. OBJETIVOS DO CURSO	13
3.1. Objetivo Geral	13
3.2. Objetivos Específicos	13
4. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	14
4.1. Requisitos	14
4.2. Formas de Acesso	14
5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO (EGRESSO)	14
6. CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	15
7. FUNDAMENTOS LEGAIS, CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS	16
7.1. Fundamentos Legais	16
7.2. Concepções e Princípios Pedagógicos	16
8. A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	22
8.1. Princípios norteadores da Organização Curricular	22
8.2. Etapas que Estruturam o Curso e Suas Componentes	23
8.3. Atividades Complementares	29
8.4. Estágio Supervisionado	31
8.4.1. Atividades de estágio	31
8.5. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	32

8.5.1. Projeto de Intervenção Local e Elaboração de TCC.	32
8.5.2. Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso.	33
8.5.3. Roteiro para elaboração do TCC	33
8.5.4. Atribuições da Coordenação do Curso no que tange ao TCC	34
8.5.5. Orientação do TCC	34
8.5.6. Apresentação e avaliação do TCC	35
9. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	35
9.1. Sistema Avaliativo: Critérios e Procedimentos	35
10. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	36
10.1. Ambientes Detalhados	39
11. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	40
12. DIPLOMAS	42
13. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	42
14. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	43
15. REFERÊNCIAS	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição da carga horária em horas/aula e horas/relógio	24
Quadro 2: Organização curricular por etapa	25
Quadro 3: Instalações	33
Quadro 4: Ambientes detalhados	36

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1. Identificação da Instituição

Mantenedora: Ministério da Educação

Nome Fantasia: MEC

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

CNPJ: 10.791.831/0001-82

Nome Fantasia: Instituto Federal de Brasília (IFB)

Campus: Samambaia

Esfera Administrativa: Federal

Categoria: Pública Federal

Endereço: Subcentro Leste, Complexo Boca da Mata, Lote 01

Cidade/UF/CEP: Samambaia – DF/72320-328

Telefone: 61 2103 2300

Sítio do Campus: <http://www.ifb.edu.br/samambaia>

1.2. Dados de Identificação do Curso

Denominação: Licenciatura para a Educação Profissional (Programa Especial de Formação Pedagógica de Professores para a Educação Profissional, nos termos da Resolução CNE/CEB nº2/97)

Atos autorizativos:

Resolução Nº 015-2014/CS-IFB

Data do documento 12 de agosto de 2014

Data de publicação 12 de agosto de 2014

Data de criação do curso 12 de agosto de 2014

Data em que o curso iniciou 06 de fevereiro de 2015

Reconhecimento do curso:

Nível: Graduação

Habilitação ou ênfase: Licenciado

Modalidade: Curso presencial

Área de conhecimento: Educação

Regime de Matrícula: Seriado Semestral

Período de Integralização: 2 anos (prazo máximo de integralização: 4 anos)

Carga Horária Total (hora relógio):1.400 horas

Carga horária de atividade complementar: 200 horas

Carga horária de Estágio Supervisionado: 300 horas

Número de Vagas por turno de oferta: 30

Turno: Noturno

Forma de Acesso Processo Seletivo: A seleção para o Curso de Licenciatura em educação profissional – Complementação Pedagógica – será realizada pelo Instituto Federal de Brasília. Poderão inscrever-se no curso de formação os portadores de diploma de nível Superior (Bacharelado ou Curso Superior de Tecnologia). Todo o processo de seleção dos candidatos será regido por meio de edital divulgado na imprensa oficial, bem como no sítio do IFB, com a descrição do número de vagas, procedimentos de inscrição, as etapas de seleção e os

critérios de avaliação. Transferências e mobilidade acadêmica serão regidas por resoluções próprias do IFB.

Coordenação: Prof^ª. Dr.: Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues.

2. HISTÓRICO

2.1. Da Instituição

A história da Escola Técnica de Brasília começa em 17 de fevereiro de 1959 pelo Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek. É inaugurada em 21 de abril de 1962, sob a denominação de Escola Agrotécnica de Brasília, com o objetivo de ministrar cursos regulares dos antigos Ginásio e Colegial Agrícola. Após anos de funcionamento e mudanças legislativas, a Escola Técnica de Brasília foi transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília ou Instituto Federal de Brasília (IFB), pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, sendo incorporado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Vinculada ao Ministério da Educação (MEC), a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta pela associação dos Institutos Federais, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, dos CEFET de Minas Gerais e do Rio de Janeiro e das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, os Institutos Federais "são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação técnica e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos artísticos, culturais e científicos com as suas práticas pedagógicas [...]" (Brasil, Lei 11.892/2008). Em uma década de existência, tal instituição se mostra como figura de importância ímpar na corroboração de uma educação profissional capaz de permitir a ressignificação histórica da vida de seus sujeitos, por meio da tomada de consciência acerca de sua realidade, bem como, ainda, através do desenvolvimento de

profissionais que compreendem a lógica trabalhista, realizando seu trabalho de forma crítica e emancipada.

Assim, o Instituto Federal de Brasília (IFB) surge na capital do país para reescrever a formação técnico profissionalizante dos moradores desse lugar, compreendendo o movimento nacional para a mudança do *status quo* vigente historicamente e a participação da escola na construção e legitimação de tal mudança. Com diversos campi espalhados pelo Distrito Federal, o IFB confia ao campus da Região Administrativa de Samambaia – localizada a pouco mais de 40 quilômetros de Brasília, a missão de atuar na formação em nível superior de graduação dos docentes que atuarão na educação profissional. Por meio da oferta do Curso de Licenciatura em Educação Profissional, bacharéis e tecnólogos serão licenciados para o exercício docente, podendo lecionar dentro de suas áreas iniciais de formação. Esse programa destina-se a suprir a falta, nas instituições de ensino, de professores licenciados para atuarem na educação profissional em nível médio. O curso de Formação em Licenciatura de Professores para a Educação Profissional, nesse caso, além de contribuir para a adequação dos docentes aos conteúdos por eles ministrados, representa um investimento na carreira desses profissionais.

2.2. Do Campus

O *campus* do Instituto Federal de Brasília, localizado na Região Administrativa de Samambaia, iniciou suas atividades em 2010.

A Região Administrativa de Samambaia, cujo nome deve-se ao córrego Samambaia, foi oficialmente criada em 1989 e compreende área urbana e rural. A população urbana estimada de Samambaia é de 220.806 habitantes, segundo dados da pesquisa distrital por amostra de domicílios (PDAD 2013)¹.

A vocação do *campus* Samambaia e de sua área de influência foi definida com base em dados socioeconômicos, estratificados por região, fornecidos pela CODEPLAN, bem como por consultas ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Federação

¹Para ter acesso a informações socioeconômicas acerca dos residentes da região administrativa de Samambaia, acesse o sítio da CODEPLAN:

<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioeconômicas/PDAD/2013/PDADSamambaia2013.pdf>

das Indústrias do Distrito Federal (FIBRA) e sindicatos. As informações obtidas no que diz respeito às atividades econômicas mais presentes na região somaram-se à consulta pública realizada no primeiro semestre de 2009, por meio da qual se identificou a demanda da população por cursos nas áreas de meio ambiente, segurança do trabalho, móveis e construção civil.

Logo após a consulta pública, iniciaram-se tratativas com o governo local para o funcionamento provisório do *campus*, tendo sido realizado o seminário “Desafios e metas do Campus Samambaia”, em março de 2010. O seminário contou com a participação de 131 pessoas e deliberou pela oferta dos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores (FIC), nas especialidades pedreiro, almoxarife e apontador, agente ambiental, catador de materiais recicláveis e formação para membros da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). Os três primeiros cursos, para os quais houve demanda suficiente para a formação das turmas pioneiras, foram ofertados a partir de junho de 2010, em sedes provisórias que funcionaram no SEST-SENAT e no Centro de Ensino Fundamental 504. Essas sedes foram instaladas por meio de convênios com o Governo do Distrito Federal e o SEST-SENAT.

Antes disso, por demanda da Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica (ABMS) e com sua cooperação, foi ministrado o curso FIC de sondador de solos, que qualificou trabalhadores das empresas do ramo.

Além desses cursos de formação inicial e continuada anteriormente mencionados, no segundo semestre de 2010, o *campus* também iniciou a oferta de curso técnico, sendo que o primeiro a ser oferecido foi o Técnico em Reciclagem (técnico subsequente).

Atualmente, se ofertam em Samambaia cursos técnicos subsequentes e Ensino Médio Integrado que se inserem nas três áreas de vocação do *campus*: meio ambiente (Técnico em Controle Ambiental, Ensino Médio Integrado em Controle Ambiental), construção civil (Técnico em Edificações e PROEJA) e produção industrial (Técnico em Produção Moveleira e Ensino Médio Integrado em Design de Móveis), e o curso de Licenciatura em Educação profissional, que teve sua primeira turma iniciada no primeiro semestre de 2015.

O curso de Formação de Professores para a Educação Profissional – Licenciatura – foi apontado como necessário à complementação de formação dos professores dos Institutos Federais (IFs), em especial para aqueles que atuam no nível médio. Muitos desses profissionais realizam atividades nos IFs sem a devida formação na área pedagógica. Assim, a capacitação

pedagógica de professores que atuam nos IFs é uma oportunidade de aperfeiçoar suas metodologias em sala de aula da educação básica. Esse aperfeiçoamento dos docentes poderá acarretar melhoria na promoção da aprendizagem, sendo ainda que a oferta de formação pedagógica para os professores dos Institutos Federais vai, portanto, ao encontro do objetivo expresso pela Resolução CNE/CEB nº 2/97, Lei 11.892/2008, a qual, ao criar os Institutos, apresenta como um dos objetivos dessas instituições a oferta de cursos de formação docente.

O Curso de Licenciatura em Educação profissional teve seu início no primeiro semestre de 2015. Sua origem teve a proposta de formação, em nível de licenciatura, para os docentes bacharéis e tecnólogos. O curso de Licenciatura em Educação Profissional foi apontado como necessário à complementação de formação dos professores dos Institutos Federais (IFs), em especial para aqueles que atuam no ensino de nível médio. Muitos desses profissionais realizam atividades nos IFs sem a devida formação na área pedagógica. Reuniões envolvendo gestores e docentes do Instituto Federal de Brasília deram início ao processo de elaboração de um projeto de curso de Formação de Professores para a Educação Profissional que resultou na proposta de oferta do Curso de Licenciatura em Educação Profissional. O primeiro projeto pedagógico do curso, aprovado em 2014, foi elaborado cumprindo a Resolução CNE/CEB nº 02, de 26 de junho de 1997. Em 2015, com a Resolução CNE/CEB nº 02, de 01 de julho de 2015, o plano passa por uma revisão para se adequar às novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação pedagógica de graduados.

2.3. Justificativa do Curso

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), em seu art. 62, trata da formação dos docentes para atuação na educação básica. Conforme determina esse artigo, a formação de docentes para atuar na educação básica deverá ser feita em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação.

Logo em seguida, no art. 63, a LDB dispõe que os institutos superiores de educação poderão manter programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica.

Dessa forma, a Resolução CNE/CP nº 2/97 tratou dos programas especiais de formação

pedagógica de docentes para disciplinas do currículo de ensino fundamental, médio e educação profissional em nível médio, fruto do art. 63, inciso II da LDB. Em 2015, a Resolução CNE/CEB nº 2/97 foi revogada passando a valer a Resolução CNE/CP n. 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e formação continuada.

Cabe destacar que os Institutos Federais (IFs) foram criados pela Lei 11.892/2008, que também instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A Rede Federal vivencia, desde 2003, a maior expansão da sua história. Enquanto foram construídas apenas 140 escolas técnicas no país de 1909 a 2002, desde que começou a expansão, em 2003, até o ano de 2010, foram construídas 214 escolas técnicas previstas no plano de expansão da rede federal de educação profissional². Nesse contexto de expansão, para atender às necessidades dos IFs no que diz respeito à oferta de educação superior, básica e profissional, foi necessária a realização de vários concursos para contratação de docentes. Entretanto, nem sempre é possível contratar profissionais da área técnica com formação pedagógica para atuar na educação profissional. Ademais, deve-se ressaltar que, mesmo quando se contratam professores para as áreas em que existem licenciados, como Química e Matemática, por exemplo, nem sempre os concursos contemplam vagas para os profissionais com licenciatura. Isso significa que parte dos docentes hoje atuantes nos IFs não tem formação pedagógica.

Vale, entretanto, ressaltar que, de acordo com a filosofia dos Institutos, os professores devem atuar de forma que atenda a todos os níveis e modalidades educacionais, o que significa, a priori, que todos deveriam também atuar na educação básica. Há, todavia, o entrave da formação para que esses profissionais atuem na educação básica, pois, conforme apregoa a LDB, para nela atuar, é necessário ter formação pedagógica. Além disso, em pesquisa realizada no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), em janeiro de 2013, foram identificadas 55 instituições de ensino que ofertam educação profissional no Distrito Federal. Dentre elas, 5 ofertam especificamente educação básica integrada à educação profissional (Proeja e Ensino Médio Integrado).

²Informações sobre a expansão podem ser obtidas no sítio do Ministério da Educação: www.mec.gov.br.

Este curso surge, portanto, com o objetivo primeiro de oferecer formação pedagógica aos docentes que atuam no IFB, justificando o motivo pelo qual não houve audiência pública tampouco consulta à comunidade para a oferta deste curso. Porém, não houve a aprovação pelo Conselho Superior do IFB para que o curso fosse ofertado somente aos docentes do IFB, tendo em vista se tratar de uma Instituição Pública e que deve atender à sociedade. Desta forma, por determinação da gestão, no segundo semestre de 2011, este curso passou a fazer parte das metas do *campus* Samambaia. Essa determinação embasou-se no reconhecimento da necessidade de oferecer formação pedagógica aos professores que atuarão na educação profissional, com vistas ao atendimento da legislação.

Além disso, no art. 7º da Lei 11.892/2008, que apresenta os objetivos dos Institutos Federais, consta a oferta, na alínea b do inciso VI, de programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. Segundo a referida Lei, os Institutos devem oferecer, no mínimo, 20% de suas vagas para a oferta de licenciatura e de programa de formação pedagógica de professores.

Conclui-se, pois, que a oferta do programa especial de formação pedagógica para graduados justifica-se pela própria necessidade da Instituição de oferecer formação pedagógica aos profissionais que nela atuam e/ou em outras instituições de ensino que ofertam educação profissional.

3. OBJETIVOS DO CURSO

3.1. Objetivo Geral

Oferecer formação pedagógica para bacharéis e tecnólogos que trabalham e/ou pretendem trabalhar com disciplinas do currículo da educação profissional de nível médio, disseminando os conhecimentos pedagógicos em prol de uma educação humanizadora e significativa, com a ampliação da oferta de profissionais assim capacitados para atender à demanda da educação básica brasileira, em cumprimento à LDB.

3.2. Objetivos Específicos

- Ampliar a contribuição do IFB na formação de profissionais qualificados para a educação básica, assegurando o cumprimento do disposto na Lei 11.892/2008, que determina, como um dos objetivos dos Institutos, a oferta de, no mínimo, 20% de suas vagas para a formação de professores.
- Atender à necessidade de fomentar a formação continuada, entendida como componente essencial da profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da escola e considerar os diferentes saberes.
- Reforçar a formação continuada do corpo docente como prática regular que responda às reais necessidades dos discentes em sala de aula.
- Tornar o Campus Samambaia referência na formação em nível de licenciatura e continuada de docentes, constituindo um núcleo de formação.

4. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

4.1. Requisitos

O Curso de Complementação Pedagógica será oferecido para portadores de diploma de nível superior (Bacharéis e Tecnólogos) em cursos relacionados aos eixos tecnológicos ofertados pelo Instituto Federal de Brasília. Periodicamente, a coordenação do curso estabelecerá diálogo com os *campi* do IFB para uma consulta com o objetivo de conhecer outras áreas para as quais há a necessidade de formação, ampliando as áreas atendidas.

4.2. Formas de Acesso

A seleção para o Curso de Licenciatura em educação profissional – Complementação Pedagógica – será realizada pelo Instituto Federal de Brasília. Poderão inscrever-se no curso de formação os portadores de diploma de nível Superior (Bacharelado ou Curso Superior de Tecnologia). Todo o processo de seleção dos candidatos será regido por meio de edital divulgado na imprensa oficial, bem como no sítio do IFB, com a descrição do número de vagas, procedimentos de inscrição, as etapas de seleção e os critérios de avaliação. Transferências e mobilidade acadêmica serão regidas por resoluções próprias do IFB.

5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO (EGRESSO)

O licenciado pelo curso de Licenciatura em Educação Profissional – Complementação Pedagógica – do IFB terá o perfil de educador crítico que seja capaz de inter-relacionar conteúdos da diversidade humana e cultural, históricos, políticos e sociais nos processos educacionais na educação profissional. Deverá nortear a prática do ensino como elemento de valorização humana, da autoestima e do exercício pleno da cidadania. Será capaz de integrar o ensino, a pesquisa e a extensão, atuando na educação profissional e reconhecendo suas especificidades.

Ao final do Programa, o egresso deverá ser capaz de:

1. exercer a profissão de professor de acordo com os princípios pedagógicos;
2. entender-se como profissional docente com consciência do seu papel social emancipatório dentro do contexto da educação profissional;
3. compreender as necessidades estruturais que relacionam, via legislação, o domínio do saber pedagógico com o exercício da profissão docente;
4. articular os conteúdos de um componente curricular, sua organização, avaliação e integração com outros componentes curriculares;
5. compreender e utilizar os métodos adequados às diferentes situações do ensino-aprendizagem na educação profissional;
6. enfrentar os problemas concretos do cotidiano escolar do ensino profissional com base em diferentes perspectivas teóricas;
7. empregar de forma adequada os recursos tecnológicos no processo educacional.
8. reconhecer as idiosincrasias do processo educacional, sobretudo as diferenças inerentes ao público discente visado pelos Institutos Federais.

6. CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O curso de Licenciatura em Educação Profissional – Complementação Pedagógica – do IFB, conforme estabelecido em seu objetivo geral, pretende oferecer aos profissionais do IFB e à comunidade uma formação para disseminar com maior eficácia os conhecimentos relacionados e integrados aos conteúdos ministrados em prol de uma educação humanizadora e significativa, ampliando a oferta de profissionais assim capacitados para suprir a falta nas escolas de professores, das áreas técnicas, licenciados. Portanto, o egresso irá atuar profissionalmente na educação técnica em instituições de educação profissional.

7. FUNDAMENTOS LEGAIS, CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

7.1. Fundamentos Legais

A elaboração deste projeto considerou primordialmente os seguintes fundamentos legais: Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação); Resolução CNE/CP 02/2015; e Lei 11.892/2008 (Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia).

Em relação à LDB, deve-se destacar especialmente o parágrafo único do art. 61 (Título VI: Dos profissionais da educação). Esse artigo dispõe os fundamentos necessários à formação dos profissionais da educação, quais sejam:

- I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)
- II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)
- III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.

A Resolução CNE/CP 02/2015 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e formação continuada. Nessa Resolução, estão definidos os princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam.

7.2. Concepções e Princípios Pedagógicos

A realidade contemporânea, seus movimentos e conflitos exigem do professor de educação profissional uma formação capaz de atender as diversas e complexas demandas que emergem cotidianamente de um mundo em constante contradição. Compreender com embasamento teórico a materialidade dos fenômenos que o circunda é condição fundante para a construção de uma práxis capaz de, de fato, atender às reais necessidades que o processos formativos trazem. Diante disso, é essencial que o docente, detentor da ambição de possibilitar a construção de uma educação dita verdadeiramente crítica e emancipadora, busque o entendimento de como ocorrem as relações entre sociedade, escola, o mundo do trabalho e o ato de educar, ou seja, a ótica da influência desse todo educação, bem como de suas instituições e sujeitos, na construção do projeto social que se tem, sem deixar de reconhecer a relevância de sua identidade profissional enquanto educador nesse contexto, percebendo, entendendo e diferenciando a relação existente entre o uso que faz de suas ações e o uso que os outros fazem destas.

É necessário esclarecer como surge a necessidade de reorganização do e o reordenamento do trabalho docente a partir da constituição desse “tipo novo” de professor, que se constituiria nos cursos de formação inicial. A centralidade da formação nos discursos, propostas e práticas leva ao perigoso entendimento do trabalho pedagógico como resultado da formação inicial, portanto, a qualidade (ou não) da prática pedagógica corresponderia à qualidade (ou não) dessa formação. (LIMONTA 2013, p.44).

Por ser o educador um dos sustentáculos determinantes dentro do todo que constitui o desenvolvimento educacional do ser, incluindo-se nesse arcabouço, obviamente, a esfera do trabalho, defende-se que tal distanciamento não deveria existir, entendido que, para isso, os paradigmas de formação e trabalho docente devem ser pensados e construídos frente às especificidades e demandas da realidade contemplada. Afirma-se, nesse curso de Licenciatura em Educação Profissional, o professor como figura de papel fundamental para o alcance de uma formação profissionalizante verdadeiramente diferenciada e capaz de se constituir como crítica, emancipatória, libertadora em sua essência e ações, sendo, por consequência, imprescindível ao desenvolvimento integral dos indivíduos enquanto futuros formadores que também serão,

assumindo-se e destacando-se como protagonistas dos processos educativos, reflexo do processo formativo pelo qual passaram.

Em outras palavras: o presente curso defende o educador como elemento imprescindível na formação escolar dos educandos, uma vez que conduz os processos que ocorrem dentro da sala de aula e fora dela, no almejo de possibilitar a estes um cenário educativo capaz de auxiliar em sua constituição enquanto cidadãos. Essa concepção é afinada com aquilo postulam os documentos oficiais, bem como reafirmada pela Constituição da República e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), que, dentre outros tópicos, afirma:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - **zelar pela aprendizagem dos alunos; [...](grifo nosso).**

Entende-se, por consequência, que a característica primordial do trabalho do professor é a mediação entre o educando, o conhecimento e a sociedade, através do zelo por sua aprendizagem e na busca por garantir que esta ocorra. Com isso, tem-se a exigência de um olhar aprofundado e crítico acerca da formação, qualificação e trabalho desse profissional. Deve-se pensar que esse personagem singular aparece inserido em uma realidade onde suas idéias, pensamentos, atitudes e decisões refletem diretamente nos rumos para os quais caminham os processos formativos por ele conduzidos. Reafirma-se que ele não é o único, mas que o seu trabalho possui sim significância ímpar no alcance do objetivos propostos pelo modelo de educação e, por que não, de nação, como descrito na própria resolução CNE/CEB Nº 04/2010, citada anteriormente e que entende que os fazeres educativos:

(...) devem evidenciar o seu papel de indicador de opções políticas, sociais, culturais, educacionais, e a função da educação, na sua relação com um projeto de Nação, tendo como referência os objetivos constitucionais, fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, o que pressupõe igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade.

Na contemporaneidade do debate pedagógico, ao se falar de formação de professores em nível de graduação e pós, é essencial a compreensão de que esta está voltada para um objetivo primordial de desenvolvimento e formação do indivíduo, em respeito ao que traz a legislação vigente, que afirma “garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida”, bem como “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.” (BRASIL, Lei 9394/96). Busca-se possibilitar aos egressos do segundo nível da educação escolar brasileira, conhecimentos essenciais a um olhar crítico da realidade na qual vivem, bem como a sua emancipação intelectual, social e econômica, reconhecendo a importância de sua história, cultura e origens. Em outras palavras, tem-se a continuidade do movimento formativo humano compreendido nos processos naturais à educação formal como prática social:

“A educação, entendida como a apropriação do saber historicamente produzido é prática social que consiste na própria atualização cultural e histórica do homem. Este, na produção material de sua existência, na construção de sua história, produz conhecimentos, técnicas, valores, comportamentos, atitudes, tudo enfim que configura o saber historicamente produzido. Para que isso não se perca, para que a humanidade não tenha que reinventar tudo a cada nova geração, fato que a condenaria a permanecer na mais primitiva situação, é preciso que o saber esteja sendo permanentemente passado para as gerações subsequentes. Essa mediação é realizada pela educação, do que decorre sua centralidade enquanto condição imprescindível da própria realização histórica do homem. (PARO 2008, p.07).”

Nessa cena, é essencial pensar a atuação do professor – ou seja, o seu trabalho – como uma unidade que sofre interferência direta dos condicionantes de ordem social, cultural, política, histórica e econômica nas quais este trabalho se desenvolve; a natureza deste permeado por aqueles elementos e os resultados que ele gera. Percebe-se o quanto é necessário o reconhecimento de que o trabalho docente vem exigindo cada vez mais preparo e propriedade por parte daqueles que o exercem, sendo que, na esfera da educação profissional, as idiosincrasias que permeiam a cena levam à necessidade de se estabelecer um novo panorama de trabalho docente, ressignificando modelos construídos e exercidos historicamente. Dando continuidade neste raciocínio, deve-se considerar ainda o distanciamento existente no universo

educacional entre o que se pede, o que se espera ou o que se objetiva e o que resulta deste com o trabalho.

Em um movimento de respeito ao percurso histórico dos Institutos Federais no Brasil e com a ambição de possibilitar uma formação superior que seja capaz de construir conhecimentos de veras necessários ao projeto de educação profissional que se tem hoje no país, exige-se minimamente a capacidade de possibilitar o desenvolvimento de análise das políticas públicas que se vinculam ao tema, visualizando a evolução destas dentro do cenário brasileiro. O presente plano de curso objetiva vincular em profundidade os processo formativos construídos às relações que permeiam o trabalho no país, permitindo aos educandos o alcance da tomada de consciência acerca da realidade que o circunda, estabelecendo, para isso, um processo análise emancipada dos fenômenos que o rodeiam, sob a luz das literaturas de referência na área, calcando os debates, estudos, pesquisas, trabalhos e discussões em uma perspectiva referenciada pela criticidade. Referencia-se o que se diz na busca por atender aos objetivos propostos na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual institucionaliza a criação dos Institutos Federais no Brasil, por meio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e que traz a presente fundamentação legal no que tange os objetivos dos IF's:

“(...) II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; [...]

VI - ministrar em nível de educação superior: [...] b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.”

Diante disso, pensar tal contexto compreende a necessidade da busca pela construção de uma docência que possua o entendimento da realidade como um algo maior e que a leitura desta passe, não somente por buscar as peças isoladas que o constitui, mas sim por seu todo, bem como pelas relações as quais este todo está sujeito, em uma ação dialética. Isso quer dizer que o foco não existe isoladamente, mas sim em meio às relações que ele constitui. Tendo o olhar sob essa perspectiva, é essencial pensar que formação esse profissional deve ter. Mais do que isso, é

preciso uma reflexão profunda de quais saberes ele deve possuir, em que conhecimentos devem se pautar sua prática e suas ações.

Outra questão delicada é no diz respeito ao exercício do ato de estar a frente de uma sala de aula e como exercê-lo, respeitando a fina fronteira entre o todo que envolve o processo de construção do conhecimento.

Existe aqui uma compreensão de que a qualificação é fundamental para se ter o alcance do que se objetiva. Essa ideia, por sua vez, compreende uma relação que pode ser entendida como um processo social, heterogêneo e complexo, que põe o profissional em contato com elementos que permeiam o mundo do trabalho. Dessa maneira, a qualificação entendida aqui está diretamente relacionada com as demandas sociais que permeiam a atuação do docente, uma vez que se este não se qualifica buscando atender às necessidades reais de sua ação, este processo pode ser considerado ineficaz ou insuficiente.

Deve-se compreender, ainda, nesse cenário, que existem coisas que a formação e a qualificação por si só são incapazes de trazer ao profissional, como os sons, as nuances e os tempos que compõem a realidade da sala de aula, pois existe, sim, um “Q” de vivência que escapa do exercício categórico conceitual. Compreende-se que o ser é formado e qualificado no e pelo trabalho docente.

Entender tal questão exige a compreensão da natureza e da especificidade do fazer pedagógico. Levando-se esse contexto para dentro da escola, é possível ver que, conforme defende Maurice Tardif (2005), o trabalho é interativo e que o fato de lidar com o outro influencia diretamente a Ação docente. Nesse contexto e ainda fundamentado no pensamento de Karl Marx, a docência é vista como um ato coletivo, sob uma concepção que se pauta em uma relação onde o indivíduo age no coletivo e sobre as coletividades, ocorrendo o processo inverso também: as coletividades também agem sobre o ser.

O quadro sociopolítico e cultural, que ora se apresenta, exige dos educadores e dos gestores institucionais novos referenciais de formação e de desempenho compatíveis com o contexto e oportunidades que se vislumbram. Não obstante a resistência à cultura do dinâmico e do interativo, novos paradigmas de gestão apontam para a necessidade de superação de modelos e performances vigentes, à vista de uma consciência política e profissional que vem tomando conta das

organizações governamentais e não-governamentais, com destaque para as instituições educacionais. (PAZETO, 2000 p. 163).

O professor aparece nessa cena como um referencial em diversas nuances da vida escolar. Este simboliza um prumo no caminhar da educação para quem está dentro ou fora de seu processo. Trata-se, assim, de um profissional que obrigatoriamente deve ter uma visão macro da educação como um todo, pensando os movimentos e dinamismo de dentro e fora da sala de aula, relação professor e aluno, coordenação pedagógica, projetos e modelos de sociedade e nação, bem como as influências financeiras, econômicas políticas e culturais que atuam na realidade escolar.

Tal concepção exige do docente uma postura e identidade profissional capaz de atender e acompanhar a velocidade dos fatos e dos conhecimentos que eclodem ao seu redor. Não se trata de um ser onipotente, quase um canivete suíço, mas sim de um sujeito complexo. Ou seja, um profissional multifacetado e plural, sensível às alterações de natureza micro ou macro que permeiam a escola, aqueles que ali se fazem presentes e viventes.

8. A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

8.1. Princípios norteadores da Organização Curricular

A organização curricular do curso de Licenciatura em EPT tem com princípios:

- caracterizar a relação de ensino-aprendizagem (amplo);
- analisar os contextos histórico, político, cultural e psicológico;
- compreender a inserção social da escola e da interdisciplinaridade inerente;
- ter escuta sensível;
- compreender a formação visando ao ingresso no mundo do trabalho;
- compreender os fundamentos antropológicos, filosóficos, estruturais e legislativos da educação (EPT);
- compreender os fundamentos epistemológicos, didáticos e metodológicos.

Tendo como norte esses princípios e para atender às exigências da Resolução CEB/CP nº. 02/2015, o curso foi organizado em quatro etapas, cada uma com enfoque temático predominante. Destaca-se que, nessa organização curricular, foi respeitado o que está disposto no art. 14º da Resolução CNE/CP nº 2/2015, segundo o qual a formação pedagógica para não licenciados deverá ser articulada em núcleos, com o objetivo de assegurar um tratamento amplo e incentivar a integração de conhecimentos, “bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas”(CEB/CP, 2015). Os núcleos foram assim divididos:

- Núcleo I de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais;
- Núcleo II de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino;
- Núcleo III de estudos integradores para enriquecimento curricular.

Dessa forma, em cada etapa temática, há componentes que pertencem a cada um dos núcleos acima descritos. As etapas foram assim definidas:

- 1ª etapa: Contextualização do aluno-docente no contexto educacional;
- 2ª etapa: Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem;
- 3ª etapa: Processos educativos;
- 4ª etapa: Intervenção Pedagógica.

Buscando cumprir a Resolução CEB/CP nº. 02/2015, que determina a carga horária para a formação pedagógica para graduados não licenciados, o curso de Licenciatura em Educação Profissional foi estruturado em 900 horas/relógio de componentes curriculares que abrangem os núcleos de formação geral e do núcleo de aprofundamento e diversificação das áreas de atuação profissional (conteúdos pedagógicos), 300 horas/relógio de estágio supervisionado distribuídas nas quatro etapas e 200 horas/relógio de atividades formativas complementares, conforme

disposto no inciso III do art. 12 da Resolução CEB/CP nº. 02/2015. Deve-se ressaltar que, em todas as etapas, o aluno deverá realizar as atividades formativas complementares voltadas à docência. A seguir encontra-se um quadro-resumo da distribuição da carga horária.

Quadro 1: Distribuição da carga horária em horas/aula e horas/relógio

Núcleos	Horas/aula	Horas/relógio	Número de componentes
Núcleos I e II	1.080 horas/aula	900 horas/relógio	27
Núcleo III- atividades complementares	240 horas/aula	200 horas/relógio	***
Estágio Supervisionado	360 horas/aula	300 horas/relógio	4

8.2. Etapas que Estruturam o Curso e Suas Componentes

O curso está estruturado em quatro etapas. A primeira delas visa a contextualizar o aluno no contexto educacional da Educação Profissional; a segunda aprofunda fundamentos teórico-metodológicos da educação; a terceira está voltada para a reflexão acerca dos processos educativos e o estudo dos instrumentos que embasem o fazer pedagógico; e a quarta etapa é a culminância de todo o processo de construção do fazer pedagógico, que é praticado na intervenção pedagógica. A intervenção pedagógica trata-se da regência em sala de aula organizada e planejada pelo aluno em consonância com os conhecimentos teórico-metodológicos-práticos desenvolvidos durante as três primeiras etapas do curso. As etapas foram assim organizadas tomando-se como base os princípios pedagógicos apresentados no item 8.1 deste Plano de Curso. Elegeram-se a contextualização do estudante no contexto educacional como primeira etapa porque o professor é considerado um profissional autônomo, que reflete, toma decisões e cria durante sua ação pedagógica, entendendo que é necessário partir das experiências acadêmicas, seja como profissionais ou não, para iniciar o processo de reflexão do ser professor.

Como os conhecimentos teóricos são também considerados de extrema relevância na formação pedagógica, tanto na primeira etapa (contextualização do estudante-docente no contexto educacional) como na segunda (Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem) e na terceira etapa (Processos educativos) há ênfase nos núcleos I e II, levando-se sempre em conta que a prática para além de ser o lócus de conhecimentos científicos e pedagógicos, é, sim, espaço

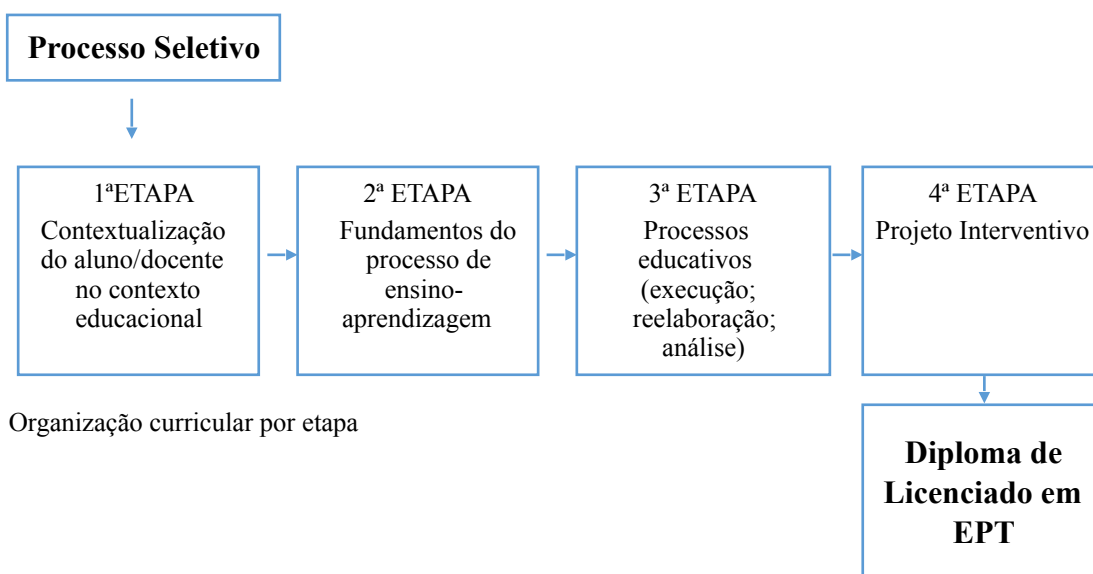
de criação e reflexão, em que novos conhecimentos são, constantemente, gerados e modificados.

Deve-se ressaltar que não há disciplinas eletivas no curso.

Nessa perspectiva, optou-se por dividir o estágio supervisionado entre todas as quatro etapas, pois é dessa realidade que serão originados problemas e questões que serão os norteadores da intervenção pedagógica.

Cabe destacar que, para a execução deste Plano, considera-se essencial proporcionar aos estudantes um diálogo dos saberes que se encontram na ação docente. Para que isso ocorra e para que, de fato, esta proposta possa ser efetivada tomando como base o princípio de articulação entre os núcleos e os saberes, é necessário que o corpo docente que atua no curso realize o planejamento das aulas coletivamente, devendo-se destinar uma hora para o planejamento coletivo por semana, com o dia e o horário a serem definidos para cada período letivo.

Fluxograma do Curso



Quadro 2:

Organização curricular por etapa

NÚCLEOS/ETAPAS	1ª ETAPA Contextualização do aluno/docente no contexto educacional	2ª ETAPA Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem	3ª ETAPA Processos educativos (execução; reelaboração; análise)	4ª ETAPA Projeto Interventivo

NÚCLEOS I e II	Tópicos da história da educação (abordagem geral e história da educação profissional no Brasil) Total: 40 horas aula	Fundamentos do Desenvolvimento e da Aprendizagem Total: 40 horas aula	Organização didático-pedagógica Total: 40 horas aula	Elaboração e construção de trabalho de conclusão Total: 120 horas aula
	Trabalho e Educação Total: 40 horas aula	Fundamentos da Filosofia da Educação Total: 40 horas aula	Educação de jovens e adultos Total: 40 horas aula	
	Estrutura e Legislação da Educação Brasileira Total: 40 horas aula	Fundamentos da Sociologia Aplicados à Educação Total: 40 horas aula	Elaboração de material didático Total: 40 horas aula	
	Introdução à Didática Total: 40 horas aula	Fundamentos da Antropologia aplicados à Educação Total: 40 horas aula	Inovação, tecnologia e Educação Total: 40 horas aula	
	Leitura e produção de texto Total: 40 horas aula	Letramento e Educação Total: 40 horas aula	Avaliação da aprendizagem Total: 40 horas aula	
	Educação e Sociedade Total: 40 horas aula	Educação Inclusiva Total: 40 horas aula	Educação na Contemporaneidad e. Total: 40 horas aula	
	Libras I Total: 40 horas aula	Libras II Total: 40 horas aula	Libras III Total: 40 horas aula	

Núcleo III	Mulher: Educação, Sociedade e Trabalho Total: 40 horas aula	Ensino Médio e Educação Profissional e Tecnológica Total: 40 horas aula	Educação Estética Total: 40 horas aula	
Estágio Supervisionado	Estágio Supervisionado 1 Total: 72 horas aula	Estágio Supervisionado 2 Total: 72 horas aula	Estágio Supervisionado 3 Total: 72 horas aula	Estágio supervisionado 4 Total: 144 horas aula

Matriz Curricular

Licenciatura para Educação Profissional		
1ª Etapa: Contextualização do aluno-docente no contexto Educacional	Carga Horária:	
Componentes curriculares	Horas / Aula	Horas Relógio
Tópicos da história da educação (abordagem geral e história da educação profissional no Brasil)	40	33,33
Trabalho e educação	40	33,33
Estrutura e legislação da educação brasileira	40	33,33
Introdução à didática	40	33,33
Leitura e produção de texto	40	33,33

Educação e sociedade	40	33,33
Mulher: Educação, Sociedade e Trabalho	40	33,33
Libras I	40	33,33
Estágio supervisionado I	72	60
Total	392	326,64

2ª Etapa: Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem	Carga Horária:	
Componentes curriculares	Horas / Aula	Horas Relógio
Fundamento do desenvolvimento e da aprendizagem	40	33,33
Fundamentos da filosofia da educação	40	33,33
Fundamentos da sociologia aplicados à educação	40	33,33
Fundamentos da antropologia aplicados à educação	40	33,33
Letramento e educação	40	33,33
Educação inclusiva	40	33,33
Ensino Médio e Educação Profissional e Tecnológica	40	33,33
Libras II	40	33,33
Estágio supervisionado II	72	60
Total	392	326,64

3ª Etapa: Processos Educativos	Carga Horária:	
Componentes curriculares	Horas / Aula	Horas Relógio
Organização didático-pedagógica	40	33,33
Educação de jovens e adultos	40	33,33
Elaboração de material didático	40	33,33
Inovação, tecnologia e educação	40	33,33
Avaliação da aprendizagem	40	33,33
Educação Estética	40	33,33
Educação na Contemporaneidade	40	33,33
Libras III	40	33,33
Estágio Supervisionado III	72	60
Total	392	326,64

4ª Etapa: Intervenção pedagógica	Carga Horária:	
Componentes curriculares	Horas / Aula	Horas Relógio
Estágio Supervisionado IV + Elaboração e construção de trabalho de conclusão	144	120
Total	264	219,99

Quadro Síntese do Curso	Hora-aula (50mim)	Hora relógio (60mim)
Carga horária total do curso	1680	1400

Carga horária de Estágio Supervisionado	360	300
Carga horária de Atividade Complementar	240	200

8.3. Atividades Complementares

As atividades complementares são atividades acadêmicas obrigatórias que o estudante deverá cumprir em 200 horas de efetivo trabalho acadêmico e que estão descritas como núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, conforme Resolução CNE/CP 02/2015.

Compreendo como a participação:

- a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;
- b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
- c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;
- d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

Nessa perspectiva, o colegiado do curso de Licenciatura em EPT oferecerá, semestralmente, algumas atividades acadêmicas de cunho integrador, tais como:

- **Práticas Integradoras:** os educandos terão que planejar e promover ao longo do semestre práticas integradoras com o objetivo de promover um debate, contribuindo para sua formação crítica e reflexiva sobre temas transversais da prática pedagógica. Serão práticas pedagógicas que se constituem em seis componentes curriculares que os professores do curso ministrarão ao longo do semestre com o objetivo de promover um debate

contribuindo para uma formação crítica e reflexiva sobre temas transversais à formação pedagógica. Serão as seguintes temáticas:

- ✓ Mulher, história, sociedade e trabalho.
- ✓ Ensino Médio e Educação Profissional Técnica
- ✓ Políticas Públicas para a Educação Profissional Técnica
- ✓ Educação e Contemporaneidade
- ✓ Formação de professores para a Educação Profissional Técnica
- ✓ Educação Estética

➤ **Curso Moodle:** no início de cada semestre, será ministrado o curso de introdução ao *Moodle*. A plataforma de aprendizagem *Moodle*, usada pelo IFB para contribuir com o processo de ensino e aprendizagem, poderá ser utilizada pelos professores como uma ferramenta de apoio ao trabalho em sala de aula, dessa forma, é imprescindível que os estudantes tenham uma formação específica para o uso otimizado da plataforma.

➤ **Encontro Anual de Formação para a Educação Profissional:** o evento promovido pelo curso tem o objetivo de integrar ensino, pesquisa e extensão discutindo a temática: Formação de Professores para a Educação Profissional. A primeira edição contou com a participação dos docentes e discentes do curso e foi aberto à comunidade em geral. Tivemos atividades como palestras, apresentação de pôsteres e oficinas, podendo os discentes participarem tanto na organização como na apresentação de suas pesquisas e trabalhos.

Os estudantes poderão desenvolver as atividades complementares no âmbito do curso, assim como em outras instituições e eventos científicos, desde que estejam relacionadas à área de formação docente e que sejam realizadas após a entrada no curso. Os alunos deverão requerer ao colegiado do curso o reconhecimento de atividades realizadas fora do âmbito do curso para que possam ser caracterizadas como atividades complementares válidas e posteriormente encaminhadas para o devido registro junto ao Registro Acadêmico do Campus.

8.3.1. Aproveitamento de Estudos

No que tange o aproveitamento de estudos, a Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica respeita o trajeto formativo de seus sujeitos e como tal, oportuniza que componentes

curriculares que estejam de acordo com a ementa das disciplinas supracitadas na matriz curricular do curso. A partir deste pressuposto, deve-se ressaltar que o aproveitamento de estudos e conhecimentos prévios deve passar pela avaliação e crivo da Coordenação do Curso, de modo a atestar a compatibilização destes saberes com aqueles que serão construídos no processo formativo dos indivíduos.

É preciso ainda ressaltar que o curso possui determinados componentes curriculares que foram pensados permeando-se as especificidades e idiossincrasias que constituem a formação de professores para o trabalho docente em educação profissional e tecnológica. Nesta seara, vale destacar que tais componentes não são plausíveis de aproveitamento, pois abarcam a materialidade da realidade específica da formação que está em processo, destacando-se dentre estas, o Estágio Supervisionado, para o qual não existe, de forma alguma, a possibilidade de aproveitamento.

8.4. Estágio Supervisionado

A Resolução CNE/CP nº 2/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e formação continuada, determina, em seu Art. 14º, que o estágio curricular supervisionado é componente obrigatório com duração mínima de 300 horas, sendo uma atividade específica, intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

Considerando esse aspecto, o plano propõe uma carga horária de 300h para o estágio supervisionado, dividido em 4 etapas de 72 horas aula (60 horas relógio). Em cada uma das três primeiras etapas, o estudante deverá realizar as atividades do estágio em uma modalidade da educação profissional, para que, no quarto semestre, possa eleger a modalidade que fará a intervenção pedagógica. Segue o quadro demonstrativo nos semestres.

ETAPA	ETAPA 1	ETAPA 2	ETAPA 3	ETAPA 4
MODALIDADE	Ensino Médio Integrado e PROEJA	Cursos Técnicos Subsequentes	Cursos técnicos, ou EMI ou PROEJA.	Intervenção pedagógica na modalidade elegida pelo aluno

Destaca-se que serão utilizadas no estágio, sob o devido acompanhamento, as horas comprovadamente dedicadas pelo cursista à prática docente.

8.4.1. Atividades de estágio

- Atividades de observação e debate acerca da realidade observada

O estudante será primeiramente orientado quanto ao que é a observação participante que deverá ser feita em sala de aula. Haverá a elaboração de um protocolo de observação que o estudante deverá apresentar contendo suas considerações sobre as práticas pedagógicas observadas. Ao final das horas de observação, o estudante participará de seminários com o objetivo de discutir os dados obtidos na observação.

- Atividade de docência supervisionada – intervenção pedagógica

Esta é a etapa de regência – intervenção pedagógica. Serão orientadores, nessa etapa, os formadores que atuaram durante o curso que, juntamente com professores regentes deverão estabelecer contato para conhecimento de planos de aulas e conteúdos que deverão ser ministrados pelos estudantes na intervenção. O trabalho de orientação será, portanto, articulado: professor da área pedagógica + professor da área técnica. Essa orientação envolverá a realização de planos de aula que deverão ser executados. Os orientadores poderão acompanhar essa regência presencialmente ou poderá haver a gravação dessas aulas para posterior avaliação dos orientadores.

Finalizada essa etapa, o cursista deverá elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso baseado no trabalho pedagógico realizado na intervenção.

8.5. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

8.5.1. Projeto de Intervenção Local e Elaboração de TCC.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade acadêmica aplicável em diversos cursos e sua forma é definida no projeto pedagógico do curso. O trabalho acadêmico a ser apresentado como TCC neste curso é o projeto de intervenção pedagógica, que deverá refletir a consolidação dos conhecimentos construídos ao longo do curso; a formação técnica e pedagógica do estudante; e a capacidade investigativa do estudante em seu contexto de atuação.

São inúmeros os desafios enfrentados pela prática docente. Enfrentá-los requer reflexão sobre as ações. É nesse sentido que se propõe o projeto de intervenção local como atividade

acadêmica neste projeto pedagógico. O referido projeto propiciará a realização de uma pesquisa-ação centrada na realidade da instituição de ensino, envolvendo sua comunidade e visando a uma transformação.

O projeto de intervenção está fundamentado nos pressupostos da pesquisa-ação. Deve-se destacar que essa modalidade de pesquisa apresenta notadamente um caráter pedagógico: já que os sujeitos, nesse caso, os estudantes, ao pesquisarem sua própria prática, produzirão novos conhecimentos, ressignificando sua prática.

O projeto de intervenção deverá partir de um determinado problema, buscando contribuir, de alguma forma, para a mudança da realidade. Para elaborar tal projeto, é preciso conhecer o contexto em que se pretende atuar, além de criar alternativas para reverter a situação-problema, ter compreensão do real esforço para realizá-lo e a capacidade para propor e viabilizar a intervenção. Ademais, a elaboração de um projeto de intervenção não supõe uma ação isolada, sob pena de as transformações desejadas não ocorrerem caso não haja o envolvimento de outros parceiros na instituição.

A proposta da intervenção pedagógica como trabalho acadêmico a ser apresentado como TCC vai ao encontro da reflexão de Freire (1996) quando afirma que nosso papel no mundo não deve ser o de quem simplesmente constata o que ocorre, mas que também o de quem intervém como sujeito de ação.

8.5.2. *Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso.*

A disciplina “Elaboração e Construção de Trabalho de Conclusão de Curso” será ministrada por todos os professores do curso, sendo que os educandos serão divididos entre os nove professores do curso, devendo constar dessa forma no SGA. Tal disciplina constituirá um espaço privilegiado de debate e de ampla construção entre educandos e seus professores, visando retomar temas importantes trabalhados e discutidos durante o curso que poderão servir como referencial para a construção do trabalho de conclusão de curso, simbolizando um construto final das temáticas abordadas e discutidas no decorrer do processo formativo, servindo como base para a elaboração de um edifício teórico pautado no objetivo de discutir a práxis docente no âmbito da educação profissional.

8.5.3. *Roteiro para elaboração do TCC*

Título: o título deve representar claramente o tema da proposta de intervenção pedagógica.

Público-alvo: indica o segmento, ou a série, ou a turma, ou o grupo de alunos e/ou professores com o qual se vai trabalhar. Deve ser identificado o público destinatário do projeto. A proposta visa atender a quem?

Ambiente institucional: parte destinada à contextualização. Nela, pode haver a descrição do local em que a intervenção ocorrerá, apresentando inclusive um histórico da instituição/campus. Apresentam-se informações gerais sobre a instituição, os problemas e os desafios a serem superados.

Justificativa e caracterização do problema: deve-se explicitar o problema, bem como as razões pelas quais a proposta será realizada, além dos impactos positivos que poderá causar no contexto institucional.

Objetivos: nesta parte, deve-se responder à questão: o que a intervenção pedagógica pretende discutir, propor?

Embasmamento teórico: explicitação dos referenciais teóricos que nortearão a concepção e a realização da intervenção.

Percurso metodológico: como a intervenção será realizada? Quais atividades serão desenvolvidas?

Cronograma: sequência temporal em que as atividades ocorreram.

Acompanhamento e avaliação: apresentar informações de como foram realizados o acompanhamento e a avaliação da intervenção.

Resultados: apresentar os resultados encontrados na intervenção pedagógica.

Conclusão: o estudante deverá fazer uma autorreflexão sobre o processo da intervenção e as impressões sobre o seu fazer pedagógico.

Referências bibliográficas: deverá contar as referências usadas na construção do texto.

8.5.4. Atribuições da Coordenação do Curso no que tange ao TCC

Em relação ao TCC, competirá à coordenação do curso:

- I - Propor e divulgar as normas específicas para a elaboração e a apresentação da intervenção pedagógica.
- II - Definir e aprovar a relação de professores orientadores.
- III – Definir, juntamente com o orientador, a composição da Banca Examinadora.

8.5.5. Orientação do TCC

O trabalho de conclusão de curso será desenvolvido sob a orientação de professores do curso. O professor orientador deverá colaborar com o aluno na escolha e definição do tema do TCC; orientar a elaboração do TCC em contatos e encontros periódicos, em horários e prazos previamente fixados, avaliando o desempenho do(s) orientando(s); participar obrigatoriamente da avaliação dos TCC's sob sua orientação.

Deve-se destacar que a responsabilidade pela elaboração do projeto é integralmente dos estudantes, cabendo aos professores orientadores o desempenho das atribuições decorrentes da atividade de orientação.

8.5.6. Apresentação e avaliação do TCC

A apresentação do TCC deverá ser pública e para uma banca avaliadora composta por dois professores e o orientador, e sua avaliação será formalizada de acordo com os seguintes critérios:

Aprovado (o trabalho acadêmico atendeu aos critérios exigidos).

Aprovado com ressalvas (o trabalho acadêmico atende em partes aos critérios, devendo ser reestruturado, conforme indicação dos examinadores).

Reprovado (o trabalho acadêmico não atendeu aos critérios exigidos).

9. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua e deverá levar em consideração o interesse, a participação e o envolvimento do estudante-docente nas atividades propostas no curso e na construção do projeto de intervenção pedagógica.

Os diferentes instrumentos de avaliação deverão levar os estudantes ao hábito da pesquisa, da reflexão, da criatividade e da aplicação dos conhecimentos nas variadas situações presentes no contexto escolar.

9.1. Sistema Avaliativo: Critérios e Procedimentos

O sistema de avaliação do curso de Licenciatura em educação Profissional terá como diretriz o uso de projetos, estudos de caso, painéis integrados, fichas de observação, pesquisa, práticas profissionais, relatórios como instrumentos avaliativos a serem utilizados, organizados conforme consta na Resolução 027/2016/CS-IFB, que regulamenta os procedimentos administrativos e a organização didático-pedagógica dos cursos de graduação do IFB.

A aprovação será por componente curricular, devendo o aluno ter frequência igual ou superior 75% e nota mínima de 6,0 pontos. O aluno que reprovar 50% ou mais dos componentes curriculares matriculados no semestre ficará retido no semestre em questão, devendo repetir todos no semestre seguinte, estando impossibilitado de se matricular em novos componentes. O aluno reprovado em menos de 50% dos componentes curriculares do semestre vigente deverá matricular-se no semestre seguinte nos componentes reprovados, desde que não haja sobreposição de horários. O trancamento por componente curricular somente poderá ocorrer a partir da segunda etapa.

Turmas de regime intensivo, conforme Resolução 027/2016/CS-IFB, poderão ser abertas a critérios do coordenador do curso e aprovadas pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão. O aluno que reprovar 4 vezes o mesmo componente curricular, incluindo turma de regime intensivo (quando houver) terá a matrícula cancelada.

Os Estágios Supervisionados serão divididos em 4 (quatro) etapas, havendo pré-requisito do anterior, ou seja, o aluno somente seguirá para as etapas seguintes com a aprovação da etapa anterior. Na terceira etapa, haverá uma avaliação específica, em formato de seminário, na qual o projeto de intervenção, construído nas 3 primeiras etapas do estágio Supervisionado, será avaliado e o aluno somente fará a intervenção pedagógica uma vez que o projeto tenha sido aprovado por banca examinadora.

10. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O *campus* Samambaia, localizado no Subcentro Leste, Complexo Boca da Mata, Lote 01, conta com as instalações dispostas no Quadro 3, logo abaixo:

Relação Analítica de Espaços	Área em m²
1. Bloco administrativo/serviço	
1.1 Pavimento Inferior	
1.1.1 Área para terceirizados	218,6
Área de vivência	53,0
Copa	4,5
Depósito material de limpeza	1,9
Circulação	20,0
Vestiário masculino	38,6
Vestiário feminino	38,8
Almoxarifado	61,78
1.1.2 Área Professores e Coordenações	335,4
Salas de coordenação de cursos	49,2
Apoio administrativo às coordenações	25
Coordenação de curso superior	25
Coordenação pedagógica	25
Coordenação geral de ensino	25
Circulação	18,7
Sala de reuniões	25
Sala de estudos individuais	25
Reprografia e recursos didáticos	24,7
Vivência professores	72,6
Copa	4,8
Sanitário Feminino	7,7
Sanitário Masculino	7,7
1.1.3 Registro Acadêmico e afins	101,56
Protocolo	14,7
Atendimento	12,45
Extensão/estágio	33,9
Reprografia	27,41
Arquivo	13,1
1.1.4 Apoio ao estudante	58,9
Atendimento individual	22,3

Relação Analítica de Espaços	Área em m²
NAPNE	15,6
Assistência estudantil	21
1.1.5 Brinquedoteca	117,8
Brinquedoteca	58,7
Sala de informática	14,9
Copa	9,1
Depósito de material de limpeza	2,7
Sala de descanso	14,8
Fraldário	9,2
Circulação	5,9
WC	2,5
1.1.6 Telecentro	68,35
1.1.7 Circulação Geral	53,32
1.1.8 Sanitário Masculino	13,3
1.1.9 Sanitário Feminino	13,3
1.1.10 Depósito de material de limpeza	3,6
1.2 Pavimentos Superior	
1.2.1. Áreas administrativas	516,68
Sala da Direção Geral	24,8
Sala de Direção de Ensino Pesquisa e Extensão	22,0
Sala de reuniões 01	15,5
Banheiros da direção	3,4
Copa da direção	3,7
Recepção da Direção	18,2
Sala da Direção Administrativa	28,5
Sala de reuniões 2	22,5
Sala da Chefia de gabinete	15,8
Copa e convivência dos funcionários	30,2
Coordenação Geral de Pesquisa	22,4
Coordenação Geral de Extensão	22,4
Coordenação Geral de Produção	15,5
Manutenção de Serviços Gerais	22,5

Relação Analítica de Espaços	Área em m²
Suporte e Manutenção de TI	44,9
Gestão de Pessoas e Planejamento	45,0
Auditoria e Comunicação Social	37,3
Depósito de material de Limpeza	3,6
Recepção Administrativo	40,3
Circulação	78,18
1.2.2. Circulação Geral do Pavimento	50,36
1.2.3. Biblioteca	564,6
Acervo e pesquisa geral	428,2
Baias de pesquisa individual - 36 unidades	0 (incluído no item anterior)
Gabinetes de estudo em grupo	11,1
Leitura Individual	41,5
Direção Biblioteca	6,6
Sala para bibliotecários	23,1
Sala de Restauro	26,8
Copa	6,5
Banheiros administrativos	5,4
Sanitário masculino	7,7
Sanitário feminino	7,7
2. Bloco 2 de salas de aula	
2.1 Pavimento Inferior	
Salas de aula (4 unid. De 52,2 m ²)	208,8
Laboratório de informática I	52,2
Laboratório de informática II	52,2
Laboratório de informática III - comp. Graf.	66
Apoio Lab. c. graf	19,4
Lab. Inst. Hidráulicas	66
Apoio Lab. Inst. Hidráulicas	19,6
Lab. Mecânica dos solos	148,1
Sala de ensaios mecânicos	19,8
Câmara úmida	9,1
Lab. Materiais de construção	86,4

Relação Analítica de Espaços	Área em m²
Sala prensa	19,8
Canteiro de obras	67
Câmara úmida	9,1
Depósito de material de limpeza	1,9
Circulação geral	201,8
Sanitário Masculino	21,4
Sanitário Feminino	21,4
2.2 Pavimento Superior	
Salas de aula (6 unid. De 52,2 m ²)	313,2
Sala de desenho	66
Apoio da sala de desenho	19,8
Laboratório de análises químicas	93,21
Apoio lab. Análises físico-químicas	19,8
Apoio	16,29
Sala quente	25,34
Laboratório de análises microbiológicas	107,6
Sala multimídia	176,94
Depósito de material de limpeza	1,9
Circulação geral	127,9
Sanitário Masculino	21,4
Sanitário Feminino	21,4

10.1. Ambientes Detalhados

Quadro 4: Ambientes detalhados

Dimensão - Infraestrutura

Ordem	Tipologia	Descrição dos Espaços	Equipamentos Disponíveis
1	Sala de Professores	O espaço total dedicado aos professores soma 172,06m ² , incluindo os seguintes espaços: vivência dos professores; sala de estudos; sala de reuniões; banheiros; copa.	03 estações com processadores, monitor, mouse e teclado.
2	Sala de Reuniões	Além da sala de reuniões (25,00m ²) que integra a área da sala de professores, estão disponibilizadas mais duas salas de reunião na ala administrativa (15,5m ² e 22,5m ²).	Mesa ampla e cadeiras giratórias conforme a capacidade da sala.
3	Gabinetes de trabalho para professores	Sala de coordenação de curso de ensino superior - 25,00m ² . Os demais espaços para professores são compartilhados com os demais cursos do <i>campus</i> .	
4	Salas de Aula	No edifício acadêmico são disponibilizadas 10 salas de aula de 52,20m ² com capacidade para 42 alunos	42 carteiras acadêmicas, mesa de professor, cadeira giratória de professor, tela retrátil, projetor multimídia, cortinas tipo "blackout", lixeira.
5	Acesso de alunos a equipamentos de TI	No edifício acadêmico são disponibilizadas 03 laboratórios de informática (2 labs. de 52,2 e capacidade para 35 alunos; e 01 laboratório de computação gráfica com capacidade para 40 alunos). No edifício administrativo é disponibilizado laboratório de informática - Telecentro, com capacidade para 38 alunos. O Apoio de informática - gestão e suporte funciona no edifício administrativo (44,9m ²).	

11. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Relação de docentes que atuarão no curso

Nome do Docente	Área	Titulação	Regime de Trabalho
Andrea Farias	Engenharia Elétrica	Doutora em Educação	40 h (DE)
Cristane Herrez Terraza	Artes Visuais	Doutora em Artes Pós doutora em Cultura Visual	40 h (DE)
Gustavo Araújo	Música	Mestre em Educação Musical	40 h (DE)
Mônica Luciana da Silva Pereira	Libras	Especialista em Libras	40 h (DE)
Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues	Pedagogia	Doutor em Educação	40 h (DE)
Sinara Nunes Guedes	Educação Física	Mestre em Educação	40h (DE)
Suiane Bezerra da Silva	Língua Portuguesa	Mestre em Linguística	40h (DE)
Stela Martins Teles	Pedagogia	Mestre em Desenvolvimento Humano e Saúde	40h(DE)

Relação dos técnicos-administrativos

Nome	Situação funcional	Cargo
Ana Caroline Martins Vieira	Ativo permanente	Técnico de laboratório área
Angelica Monteiro Soares Pires	Ativo permanente	Assistente social
Bianca Reis da Silva	Ativo permanente	Secretário executivo
Camila de Oliveira Candido	Ativo permanente	Bibliotecário-documentalista
Carlos Eduardo paes Landim Ramos	Ativo permanente	Psicólogo-área
Celia Barbosa Amorim	Ativo permanente	Assistente de aluno
Claudio Aparecido da Costa	Ativo permanente	Técnico de laboratório área
Cristiane Gomes e Silva	Ativo permanente	Aux. em administração
Deborah Buckley	Ativo permanente	Técnico em assuntos educacionais
Delcio Maciel Santos	Ativo permanente	Aux. em administração
Divania da Silva Leal	Ativo permanente	Assistente de aluno
Edivan Alves de Souza	Ativo permanente	Assistente em administração
Eduardo Andrade dos Santos	Ativo permanente	Técnico em eletrotécnica

Eliana de Andrade Rocha	Ativo permanente	Pedagogo-área
Elza Maria Rodrigues Leal	Ativo permanente	Contador
Elza Maria teixeira Campos	Ativo permanente	Assistente em administração
Emerson de Souza de Jesus	Ativo permanente	Técnico de laboratório área
Fernanda de Souza	Ativo permanente	Técnico de laboratório área
Fernando Marcelo silva Fernandes	Ativo permanente	Técnico em secretariado
Gabriela Sousa Liarte	Ativo permanente	Tec. de laboratório área química
Gracielle Ribeiro Santos	Ativo permanente	Bibliotecário-documentalista
Jaqueline Rodrigues costa	Ativo permanente	Assistente em administração
Jefferson Alves da Silva	Ativo permanente	Tec. de tecnologia da informação
Jocimar Alves de Macedo	Ativo permanente	Administrador
Jose Alessandro Cavalcante Sampaio	Ativo permanente	Técnico de laboratório área
Juliana Pereira Garcia	Ativo permanente	Pedagogo-área
Karla Caroline Afiune Simoes	Ativo permanente	Técnico em contabilidade
Lenita Pereira de Souza	Ativo permanente	Auxiliar de biblioteca
Leonardo Pereira da Silva	Ativo permanente	Assistente em administração
Leonardo Pimenta Dias	Ativo permanente	Tec. de tecnologia da informação
Livia Coelho Netto	Ativo permanente	Administrador
Luana Rodrigues de Lima Meneses	Ativo permanente	Técnico em assuntos educacionais
Luciano Alves Teixeira	Ativo permanente	Auxiliar de biblioteca
Luidson Saraiva Souza	Ativo permanente	Administrador
Marilda Alves da Cruz	Ativo permanente	Assistente de aluno
Mayara Coelho Moraes	Ativo permanente	Assistente em administração
Nailson Costa de Queiroz	Ativo permanente	Tec. de laboratório área móveis
Patricia Rodrigues Amorim	Ativo permanente	Técnico em assuntos educacionais
Raquel de Souza Barbosa Silva	Ativo permanente	Assistente em administração
Rudimar Machado Sousa Junior	Ativo permanente	Assistente em administração
Ruiter Castro Lima	Ativo permanente	Programador visual
Sarah Lopes Pinto	Ativo permanente	Auditor
Sonara Regina Pucci	Ativo permanente	Auxiliar de biblioteca
Vaneza Pereira de Souza	Ativo permanente	Assistente em administração
Vania do Carmo Nobile	Ativo permanente	Técnico em assuntos educacionais

12. DIPLOMAS

O concluinte do curso de Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados receberá diploma equivalente à Licenciatura para a Educação Profissional - com habilitação na área da sua formação, conforme consta no Art. 14 da Resolução CNE/CP 02/2015.

13. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O curso vem se constituindo como *locus* de pesquisa sobre a formação docente para a educação profissional, havendo um corpo de professores-pesquisadores que estão engajados no levantamento e análise de dados colhidos durante a oferta das três primeiras turmas, tendo a pesquisa sido apresentadas em congressos. Há também, após finalizar cada etapa do curso, uma avaliação participativa na qual fazem parte os discentes, os docentes, o corpo técnico e a gestão. Esses instrumentos avaliativos são conjugados aos apontamentos realizados pelo MEC/Inep quando do reconhecimento do curso. Dessa forma, pôde-se promover uma revisão do plano do curso com base tanto na autoavaliação, nas análises dos pesquisadores quanto na avaliação externa.

14. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

O acompanhamento dos egressos é realizada em consonância com a política institucional adotada pelo IFB em relação a esse assunto. O IFB já implantou e vem consolidando seus instrumentos de Avaliação Institucional. Espera-se que, a cada ano avaliado, os resultados do próprio curso, bem como seus efeitos na prática pedagógica, possam, também, indicar possíveis transformações na atuação profissional dos egressos, no que diz respeito ao público interno.

15. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9394/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). Pesquisa Distrital por Mostra de Domicílios PDAD 2013 - Samambaia. Disponível em: www.codeplan.df.gov.br.

IMBERNÓN, Francisco. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2019. Disponível em: www.ifb.edu.br.

_____. Conselho Superior. Resolução nº 27/2016. Regulamenta os procedimentos administrativos e a organização pedagógica dos cursos de graduação do Instituto Federal de Brasília.

MAUÉS, O. C.; WONDJE, C.; GAUTHIER, C. Duas perspectivas diferentes em relação à abordagem por competências no ensino: os casos do Brasil e do Quebec. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em: 26 de agosto de 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2/1997. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1/2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, curso de licenciatura, de graduação plena.

_____. Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Disponível em: <http://sistec.mec.gov.br>.

PEREIRA, Julio E. Diniz. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 20, n. 68, p. 109-125, dezembro/99.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. *Revista Nuances: estudo sobre educação, Presidente Prudente*, vol III, n. 3, p. 5-14, setembro/97.

SCHÖN, D.A. *Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Trad .Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ZAMBORLINI, Maria das Graças. Desenvolvimento Profissional de Professores: um olhar sobre os professores da educação profissional de nível técnico do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFETES). *Revista Capixaba de Ciência e Tecnologia*. Vitória, n. 3, p. 20-25, 2º semestre/2007 (Edição especial – Ensino Profissionalizante)

ANEXO I – EMENTÁRIO

ETAPA 1 - Contextualização do aluno/docente no contexto educacional	
NÚCLEOS	COMPONENTES CURRICULARES
Contextual	<ul style="list-style-type: none">• Tópicos da história da educação (abordagem geral e história da educação profissional no Brasil) ;• Trabalho e educação;• Educação e sociedade;• Mulher: Educação, Sociedade e Trabalho.
Estrutural	<ul style="list-style-type: none">• Estrutura e legislação da educação brasileira;
Integrador	<ul style="list-style-type: none">• Libras I;• Introdução à didática;• Leitura e produção de texto.

Componente Curricular: Educação e Sociedade

Etapa: Contextualização do aluno/docente no contexto educacional

Núcleo: Contextual

Carga Horária: 40h

EMENTA

Os diferentes conceitos de educação para a sociedade de diferentes momentos da história. Educação, integração e construção de uma sociedade democrática. A relação escola/cultura(s). A pesquisa como princípio educativo. A educação como experiência.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

- BAUMAN, Zygmunt. Ensaios sobre o conceito de cultura. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. Sobre Educação e Juventude. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2012.
- DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12. Ed. São Paulo: Cortez. 2006, 128p
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido.
- ISAMBERT-JAMATI, Viviane. 1965. Educação e Sociedade. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224164140I8jYT5vr0Zz29IH8.pdf>
- JARVIS, Peter. Aprendendo a ser uma pessoa na sociedade.
- LARAIA, R.B. Cultura, um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- LARROSA, Jorge. Tremores.
- PINEAU, Gaston. Emergência de um paradigma antropofomador de pesquisa-ação-formação transdisciplinar. *Saude soc.*[online]. 2005, vol.14, n.3, pp.102-110. ISSN 0104-1290
- RICOEUR, Paul. O si mesmo como outro.
- RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa.

Componente Curricular: Mulher: Educação, Sociedade e Trabalho.

Etapa: Contextualização do aluno/docente no contexto educacional

Núcleo: Contextual

Carga Horária: 40h

EMENTA

Esta disciplina pretende oferecer aos alunos da Licenciatura em Educação Profissional uma relação dialógica da trajetória da identidade feminina e/ou das relações de gênero em diferentes campos, especialmente no mundo contemporâneo. **Linguagem e gênero.** A partir dos conceitos de cultura e de linguagem, propõe-se a análise dos discursos hegemônicos que organizam e engendram comportamentos. Como a cultura “domestica” o olhar, o comportamento e as regras de conduta da mulher na sociedade. **Gênero na ciência.** Análise do viés androcêntrico que atravessa as ciências, expresso em aspectos estruturais, epistemológicos e metodológicos. Ensino das ciências nas escolas como reprodutor dos estereótipos de gênero no campo cognitivo e estrutural? O papel da escola na superação das assimetrias de gênero na sociedade, a partir de sua contribuição na construção da identidade feminina. **Gênero e Trabalho.** Discussão e análise dos estudos sobre relações de gênero e trabalho/mulher na força de trabalho no Brasil. Ênfase no debate atual sobre gênero, divisão do trabalho e globalização, com especial atenção às novas tendências do trabalho feminino no processo de internacionalização do capital. **Cultura, Mídia e Gênero.** serão analisadas as criações simbólicas provenientes de diferenciados campos da cultura e da mídia, buscando compreender a emergência da temática feminina na cultura e na mídia contemporânea.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

MARÇAL, Katrine. *O Lado invisível da economia: uma visão feminista*. ed. Alaude. São Paulo: 2017.

SCHATZ, Kate. *Mulheres incríveis*. ed. Astral Cultural. São Paulo: 2017.

Bibliografia complementar:

DAVIS, Angela. *Mulheres, Cultura e Política*. ed. Boitempo. São Paulo: 2017.

Componente Curricular: Tópicos da História da Educação

Etapa: Contextualização do aluno/docente no contexto educacional

Núcleo: Contextual

Carga Horária: 40h

EMENTA

Introdução à História da Educação. Concepções e objetivos da História da Educação. A importância da História da Educação para compreensão da realidade educacional contemporânea. A história das ideias pedagógicas nos diferentes tempos históricos e suas implicações para a pedagogia hoje. As práticas educativas nas sociedades antigas, medievais, modernas e contemporâneas. Formação histórica de políticas e modelos de educação profissional escolar. Contexto histórico, social e político da educação profissional no Brasil. Educação e Ensino Profissionalizante. Transformação da educação profissional no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CAIRES, Vanessa Guerra. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Educação profissional brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas. São Paulo: Ática, 2004.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. História da Educação. 4a ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LOPES, Eliane Marta Teixeira e outros (org). 500 anos de educação no Brasil. 3ª edição. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007.

MANACORDA, Mário. A História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

LOMBARDI, José Claudinei (Org.). *Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais*. Campinas: Autores Associados, 1999.

LUZURIAGA, Lorenzo. *História da educação e da pedagogia*. 12ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1999.

Componente Curricular: Estrutura e Legislação da Educação Brasileira

Etapa 1: Contextualização do aluno/docente no contexto educacional

Núcleo: Estrutural

Carga Horária: 40h

EMENTA

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 e suas modificações. Diretrizes Curriculares da Educação Nacional da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP Nº 8/2012 e no Parecer CP/CNE Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE Nº 1, de 30/05/2012. Contexto atual da educação profissional no Brasil. Estrutura de funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Ações de incentivo governamental (programas e projetos). Rede e-Tec. Metas da educação profissional no Plano Nacional de Educação (PNE). Estudo e interpretação de documentos normativos das legislações educacionais. Constituição Federal. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Lei 11.892/2008 (criação dos Institutos). Legislação que altera a educação básica nas últimas décadas. Legislação sobre estágio.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p.1, 30/12/2008.

_____. Lei nº 9394/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Decreto 5840/2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e da outras providências.

_____. Lei nº 11.788/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9394/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Decreto 5840/2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e da outras providências.

_____. Lei 11892/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia e dá outras providências.

_____. Lei nº 11.788/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. Lei 10.098/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

_____. Lei 10861/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e dá outras providências

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 3/2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 6/2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

MOLL, Jaqueline et al. Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

SCHIMIDT, Michele de Almeida. *Os institutos de educação, ciência e tecnologia: um estudo da expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica*. 2010. Dissertação de

Componente Curricular: Trabalho e Educação

Etapa: Contextualização do aluno/docente no contexto educacional

Núcleo: Contextual

Carga Horária: 40h

EMENTA

O trabalho como categoria transformadora do mundo. Conceituação de educação e trabalho em diferentes contextos sócio-históricos. A economia globalizada e as transformações no mundo do trabalho e da educação. As limitações da educação profissional vista como mero processo de formação para o trabalho. O mundo do trabalho como determinante dos sistemas educacionais. Formação de professores e construção crítica das relações trabalho-escola.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Orgs.) *A experiência do trabalho e a educação básica*. 2ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

NASCIMENTO, A. E. e BARBOSA, J. P. *Trabalho: história e tendências*. São Paulo: Ática, 1996.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo. In: FERRETI, C.J. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1996.

VIGOTSKY, L.S., LURIA, A.R. e LEONTIEV, A.N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. SP: Ed. Ícone, 1988. (12ª edição de 2001).

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. RJ: Forense Universitária, 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

FERRETTI, Celso João; SALLES, Fernando Casadei; GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano. *Globalização, trabalho e formação humana: notas para a problematização da educação escolar*. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33esp/art12_33esp.pdf

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria (Org.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SEVERINO, Antônio J. *Educação, Trabalho e Cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9790.pdf>

Componente Curricular: Introdução à Didática

Etapa: Contextualização do aluno/docente no contexto educacional

Núcleo: Integrador

Carga Horária: 40h

EMENTA

Pressupostos epistemológicos de didática. A didática em uma perspectiva histórico-crítica. O papel da didática na formação docente. A ação pedagógica e o processo de formação do ser docente. Relação professor-aluno no contexto da sala de aula.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

GADOTTI, Moacir. A Escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

PINHEIRO, Kátia Augusta Curado; LIMONTRA, Sandra Valéria.(org.). Formação de professores na perspectiva crítica: resistência e utopia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

VASCONCELOS, Geni A. Nader (org.) Como me fiz professora. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CANDAU, V. M. (Org). A didática em questão. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GASPARIN, João Luiz. Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. 5. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 25. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

SAVIANI, D. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 35.ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A prática pedagógica do professor de didática. Brasília: Papyrus, 1989.

Componente Curricular: Leitura e produção de texto

Etapa: Contextualização do aluno/docente no contexto educacional

Núcleo: Integrador

Carga Horária: 40h

EMENTA

Conceito de texto e contexto. O texto como situação comunicativa. Os tipos e os gêneros textuais. Fatores de textualidade envolvidos na construção do sentido. Leitura ativa, analítica e crítica de textos. Planejamento e produção de resumos e textos.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

DIDIO, L. **Leitura e produção de textos:** comunicar melhor, pensar melhor, ler melhor, escrever melhor. São Paulo: Atlas, 2013.

FAULSTICH, E. L. de J. **Como ler, entender e redigir um texto.** Petrópolis: Vozes, 1996.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábolas Editorial, 2008.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

COSTA, S. R. **Dicionário de gêneros textuais.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

KOCH, Ingedore Vilaça e ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Ler e escrever.** São Paulo: Contexto, 2009.

MOTTA-ROTH, D. M.; MEURER, J. L. (org.) **Gêneros textuais.** São Paulo: EDUSC, 2002.

PLATÃO E FIORIN. **Para entender o texto.** 17 ed. São Paulo: Ática, 2007.

Componente Curricular: Libras I

Etapa: I

Núcleo: Integrador

Carga Horária: 40h

EMENTA

Conceitos sobre surdez e pessoa surda; Histórico sobre a Educação de Surdos no mundo e no Brasil; Comunidade, cultura e Identidade Surda; Legislação; Código de Ética do profissional que atua com pessoa Surda; Língua Brasileira de Sinais; Alfabeto Dactilológico, Sinais de Nomes e Cumprimentos; Currículo.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

GESSER, A. **O ouvinte e a surdez**: sobre ensinar e aprender a libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

QUADROS, Ronice Müller e KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira – Estudos Linguísticos**. Porto Alegre ARTMED Editora S.A, Impressão 2004, São Paulo, Reimpressão 2008.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BRASIL, Ministério da Educação, **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 16 julho 2014.

_____. Ministério da Educação, **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**, Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 16 julho 2014.

_____. **Lei n. 12.319, de 1º setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Diário Oficial da União. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 16 julho 2014.

DORZIAT, A. **O outro da educação**: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos. **Tenho um aluno surdo, e agora?** São Carlos, Edufscar, 2013.

ETAPA 2 - Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem.	
NÚCLEOS	COMPONENTES CURRICULARES
Contextual	<ul style="list-style-type: none"> •Fundamentos do desenvolvimento e da aprendizagem; •Fundamentos da sociologia aplicada à educação; •Fundamentos da antropologia aplicada à educação; •Fundamentos da filosofia aplicada à educação; • Ensino Médio e Educação Profissional e Tecnológica
Integrador	<ul style="list-style-type: none"> • Letramento e educação; • Educação Inclusiva; • Libras II

Componente Curricular: Fundamentos do desenvolvimento e aprendizagem

Etapa 2: Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem

Núcleo: Contextual

Carga Horária: 40h

EMENTA

Conceitos de desenvolvimento humano. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Teorias da aprendizagem. Contribuições de Wallon, Vigotsky e Piaget para o processo de aprendizagem. Aprendizagem na fase adulta.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

COLE, M.; COLE, S.R. O desenvolvimento da criança e do adolescente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LA TAYLLE, Y. de, OLIVEIRA, M. K. de, DANTAS, H. Piaget, Vygotsky e Wallon – teoria psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

OLIVEIRA, M. K. de. Aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio -histórico. SP: Scipione, 1997 .

ROSSATO, S. M. *Psicologia da Aprendizagem: da teoria do condicionamento ao construtivismo*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BOCK, Ana Mercês; FURTADO, Odair; TEIXEIRA; M^a de Lourdes T. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 13. Ed. reform. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.

LA ROSA, Jorge. *Psicologia e Educação: O significado do aprender*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SISTO, Fermino Fernandes; OLIVEIRA, Gis (orgs). *Leituras de Psicologia para formação de professores*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZILLES, Urbano. *Teoria do Conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

Componente Curricular: Fundamentos da Sociologia aplicada à Educação

Etapas: Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem

Núcleo: Contextual

Carga Horária: 40h

EMENTA

Os conhecimentos da Sociologia em diálogo e relação direta com os da Educação. A educação como fenômeno social inerente e pertinente, ao desenvolvimento do ser social e, por consequência, da Sociedade. Educação como elemento de transformação/emancipação e /ou reprodução e manutenção das estruturas sociais, bem como das realidades vigentes. A função social da escola, dos processos formativos e de seus sujeitos.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. *Introdução à Sociologia da Educação*. São Paulo: Editora Ática, 2005. Série Educação, 3ª ed.

Piletti, Nelson / Praxedes, Walter. *Sociologia da educação - Do positivismo aos estudos culturais*. São Paulo: Editora Ática, 2010.

Quintaneiro, Tania; Barbosa, Maria Ligia de Oliveira; Oliveira, Márcia Gardênia Monteiro de. *Um toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Minas Gerais: Editora UFMG, 2002, 2ªed.

TURA, M. L. R. (org.). *Sociologia para educadores*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

YOUNG, Michael. A propósito de uma sociologia crítica de educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 67, n.157, set/dez, 1986, p. 532-537.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

APPLE, Michael W. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. M. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GADOTTI, Moacir. *Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório*. São Paulo, Cortez Editora, 2003, 14ª ed.

Componente Curricular: Fundamentos da Antropologia aplicados à Educação

Etapa: Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem

Núcleo: Contextual

Carga Horária: 40h

EMENTA

Identidade social e cultural. Educação e contextos culturais. Antropologia urbana e educação. Etnocentrismo e relativismo cultural. O trabalho de campo e a compreensão dos dados. A sala de aula como campo de trabalho antropológico (etnografia). Diversidade cultural e escola: cultura na escola e cultura da escola. Cultura escola e currículo. Desafios contemporâneos: Multiculturalismo e interdisciplinaridade. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CASTRO, Celso. *Textos básicos de Antropologia*. São Paulo: Zahar, 2016.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac-Naify, 2003.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PÉREZ GOMES, A I. *A cultura escolar na sociedade neoliberal*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Global Editora, 2015, ed. 3ª.

SANTOS, Rafael. *Multiculturalismo as mil e uma faces da escola*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

DAMATTA, Roberto. «Você tem cultura?» In: *Explorações: ensaios de sociologia interpretativa*, Rio de Janeiro: Rocco, 1986, pp. 121-128.

OLIVEN, Ruben. *Antropologia de grupos urbanos*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 2006.

Componente Curricular: Fundamentos da Filosofia aplicados à Educação

Etapa: Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem

Núcleo: Contextual

Carga Horária: 40h

EMENTA

Educação e Filosofia. Epistemologia e aprendizagem. Práxis pedagógica. Filosofia e crítica da sociedade. A construção da verdade.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. RJ, Forense Universitária, 2001.

LUCKESI, C. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, D. *Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica*. São Paulo: Cortez, 1983.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ARANHA, M.L.A. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Moderna, 2001.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1998.

SEVERINO, A. J. *Filosofia da educação: construindo a cidadania*. São Paulo: FTD, 1994.

Componente Curricular: Libras II

Etapa: II

Núcleo: Integrador

Carga Horária: 40h

EMENTA

Conceitos sobre a estrutura gramatical da Libras; Noções básicas sobre construções de frases na Libras; Língua de Sinais Brasileira, suas classes de palavras; Parâmetros e a construção de sinais; Frases e tipos de verbos.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BRITO, L. F. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. **Libras em Contexto: Curso Básico: Livro do aluno**. 5ª edição – Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2007.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

DINIZ, H. G. **A história da língua de sinais dos surdos brasileiros: um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais na libras**. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2011.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

PIMENTA, N; QUADROS, R. M. **Curso de Libras 1**. 5. ed. Rio de Janeiro: LSB video, 2013.

PIMENTA, N; QUADROS, R. M. **Curso de Libras 2**. Rio de Janeiro: LSB video, 2009.

PIMENTA, N; QUADROS, R. M. **Curso de Libras 3**. Rio de Janeiro: LSB video, 2011.

Componente Curricular: Educação Inclusiva

Etapa: II

Núcleo: Integrador

Carga Horária: 40h

EMENTA

Evolução histórica da Educação Especial: conceituação, classificação e incidência de excepcionalidades. Acesso ao conhecimento e aos ambientes sociais e escolares de alunos com deficiência e altas habilidades, de forma a garantir o direito à educação de todos os cidadãos. Educação da pessoa portadora de excepcionalidade no movimento histórico-social de sua própria construção. Interação entre aprendizagem e desenvolvimento. Aprendizagem e possibilidades da pessoa portadora de excepcionalidade no contexto social. Discriminação no contexto educacional e o papel do professor frente à essa questão. Tendências atuais de educação especial: recursos para o atendimento ao portador de necessidades especiais. Valorização da diversidade cultural e lingüística dos educandos.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BRASIL. Ministério da Educação. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**. Brasília: MEC, SEESP, 2010. (Coleção - 10 fascículos).

BRASIL. Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: MEC, SEESP, 2007. (Coleção - 5 fascículos).

BRASIL. **Lei nº 13.146, De 6 De Julho De 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 07 março de 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 13**. Dispõe sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sala de recursos multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Especial, 2006.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 02 de março de 2018.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

Componente Curricular: Letramento e Educação

Etapa 2: Práticas de ensino (execução; reelaboração; análise)

Núcleo: Integrador

Carga Horária: 40h

EMENTA

Definir letramento: modelos, mitos e metáforas. Linguagem, letramento, cultura, educação, sociedade relação com as teorias e práticas historicamente constituídas no processo de aquisição da linguagem. O contexto social do letramento. Práticas e eventos do letramento. Contexto educacional para o desenvolvimento do letramento. Letramento como instrumento de poder.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ROJO, R.; MOURA, E. (orgs.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Letramento e Escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional**. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.00.00.00&ver=por>. Acesso em: 23 out. 2011.

KLEIMAN, A. (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

ROJO, Roxane. (org.). *Alfabetização e letramento*. Campinas; São Paulo: Mercado das Letras, 1998.

TFOUNI, Leda Verdiani. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 2000.

Componente Curricular: Educação Profissional e Ensino Médio

Etapa: Práticas de ensino (execução; reelaboração; análise)

Núcleo: Contextual

Carga Horária: 40h

EMENTA

O processo formativo que se dá por meio da relação Ensino Médio e Educação Profissional. Ensino Médio entendido como etapa da Educação Básica obrigatória e em ação articulada com a Educação Profissional enquanto modalidade, visando o alcance da formação humana integral, bem como para o trabalho. O ensino e aprendizagem de natureza técnica para o trabalho, em respeito à cultura, interesses, realidade e especificidades do público alvo do Ensino Médio.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011, 55ª edição.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a Crise do Capitalismo Real. São Paulo: Cortez, 2010: 6ª Edição.

MORIN, Edgar. ALMEIDA, Maria da Conceição. MORAES, Maria Cândida. Os Sete Saberes Necessários À Educação do Presente. São Paulo: Wak, 2012. 1ª Edição.

PEREIRA, Maria Luiza Pinho. SALES, Márcia Castilho de. RESES, Erlando da Silva. Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores: Políticas e Experiências da Integração à Educação Profissional. São Paulo: Mercado das Letras, 2017.

ETAPA 3 - Práticas de ensino (execução; reelaboração; análise)	
NÚCLEOS	COMPONENTES CURRICULARES
Estrutural	<ul style="list-style-type: none"> • Inovação, tecnologia e educação; • Organização didático-pedagógica; • Elaboração de material didático; • Educação na Contemporaneidade; • Avaliação da aprendizagem.
Integrador	<ul style="list-style-type: none"> • Educação de jovens e Adultos; • Libras III; • Educação Estética.

Componente Curricular: Educação de Jovens e Adultos

Etapa: Práticas de ensino (execução; reelaboração; análise)

Núcleo: Integrador

Carga Horária: 40h

EMENTA

A construção do trabalho pedagógico com educand@s jovens e adult@s. A Andragogia e o entendimento do desenvolvimento juvenil e adulto, suas especificidades e importância para o trabalho docente. A organização da práxis com vistas à formação transformadora e emancipada do ser, nas diversas fases de vida posteriores à infância. A EJA e sua relação com a Educação Profissional.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011, 55ª edição.

FREIRE, Paulo. Política e Educação. São Paulo: Paz e Terra, 2014, 3ª edição.

GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José E. Educação de Jovens e Adultos - Teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2001. 12ª. edição.

PEREIRA, Maria Luiza Pinho. SALES, Márcia Castilho de. RESES, Erlando da Silva. Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores: Políticas e Experiências da Integração à Educação Profissional. São Paulo: Mercado das Letras, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BELLAN, Zezina. Andragogia em Ação. São Paulo: Socep Editora, 2008.

Componente Curricular: Educação e Contemporaneidade

Etapa: Práticas de ensino (execução; reelaboração; análise)

Núcleo: Estrutural

Carga Horária: 40h

EMENTA

O trabalho educacional pautado na materialidade do mundo contemporâneo. O estudo e construção de entendimento acerca do papel social da educação na realidade presente. Análise da relação existente entre a educação e os conflitos que emergem e se manifestam no mundo atual. A atualidade dos processos formativos, da escola e de seus sujeitos.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, 55ª edição.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. São Paulo: Cortez, 2010: 6ª Edição.

MORIN, Edgar. ALMEIDA, Maria da Conceição. MORAES, Maria Cândida. *Os Sete Saberes Necessários À Educação do Presente*. São Paulo: Wak, 2012. 1ª Edição.

PEREIRA, Maria Luiza Pinho. SALES, Márcia Castilho de. RESES, Erlando da Silva. *Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores: Políticas e Experiências da Integração à Educação Profissional*. São Paulo: Mercado das Letras, 2017.

Componente Curricular: Organização didático-pedagógica

Etapa: Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem

Núcleo: Estrutural

Carga Horária: 40h

EMENTA

Conceitos de: Educação, Pedagogia, Didática, Ensino, Instrução, Interdisciplinaridade, Construtivismo, Processo de Ensino, Planejamento e Avaliação; Tendências pedagógicas na prática do ensino; Diferentes etapas do processo de ensino; A práxis pedagógica e suas especificidades; A relação professor aluno e seus diferentes aspectos.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CORAZZA, Sandra M. Planejamento de Ensino como Estratégia de Política Cultural. *In: MOREIRA, Antonio Flavio B. (org.). Currículo: Questões Atuais*. Campinas: Papyrus, 1997.

LOPES, Antonia O. Planejamento do Ensino numa Perspectiva Crítica da Educação. *In: VEIGA, Ilma P.A. (coord.). Repensando a Didática*. Campinas: Papyrus, 1988.

VASCONCELLOS, Celso S. *Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula*, 6ª ed. São Paulo: Libertad, 2006.

VASCONCELLOS, Celso S. *Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico*, 15ª ed. São Paulo: Libertad, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

VASCONCELLOS, Celso S. *Processo de Mudança da Prática Educacional*. São Paulo: Libertad, 1998 (Série Textos de Aprofundamento - 1).

CANDAU, Vera Maria. *Reinventar a escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. *Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. *Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FREITAS, L. C. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. Campinas: Papyrus, 1995 (6a. edição).

VEIGA, Ilma P. A. (Org.) *Repensando a Didática*. Campinas: Papyrus, 1989.

_____. (Org) *Técnicas de ensino – Por que não?* Campinas: Papyrus, 1997.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ALVITE, M.M.C. *Didática e psicologia: crítica do psicologismo na educação*. São Paulo: Loyola, 1981.

GHIRALDELLI, Paulo. *Didática e teorias educacionais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Componente Curricular: Avaliação da aprendizagem

Etapa: Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem

Núcleo: Estrutural

Carga Horária: 40h

EMENTA

Contexto político e social do processo ensino-aprendizagem. Perspectivas teóricas da avaliação da aprendizagem. Avaliação: conceitos, princípios e funções. Avaliação da aprendizagem do aluno. Avaliação qualitativa e quantitativa. Avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Avaliação mediadora. Avaliação e Sociedade. Mitos e desafios da Avaliação.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação: Mito e desafio*. Porto Alegre: Educação e realidade, 1991.

LUCKESI, CIPRIANO CARLOS. *Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições*. 180 edição, São Paulo, Ed. Cortez, 2006.

DEMO, PEDRO. *Avaliação qualitativa*. 8ª Ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Polêmicas do nosso Tempo, 25).

VILLAS BOAS, B. M. de F. (org.). *Avaliação Formativa: Práticas Inovadoras*. Campinas/SP: Papirus, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

DEMO, PEDRO. *Mitologias da avaliação: De como ignorar, em vez de enfrentar problemas*. 2ª Ed. Campinas. Autores Associados, 2002.

Freitas, L. C. *A avaliação e as reformas dos anos 90: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação*. Educação e Sociedade, 86, 2004, p. 133-170.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. Porto Alegre: Mediação, 2001.

Componente Curricular: Inovação, tecnologia e educação

Etapa: Práticas de ensino (execução; reelaboração; análise)

Núcleo: Estrutural

Carga Horária: 40h

EMENTA

Evolução tecnológica e suas aplicações no processo de ensino-aprendizagem. Esta disciplina tem como objetivos discutir a relação entre tecnologia e inovação e os seus reflexos sobre a cultura e rotina escolar, bem como as questões que envolvem o processo de ensino e aprendizagem. Conceitos de tecnologia e inovação. Tipologia da Inovação. Evolução conceitual e teórica da relação entre Ciência, Tecnologia e Inovação. Estratégias de Inovação. Inovação e Competitividade. Construção de conhecimento e estratégias de aprendizagem mediadas pelas TIC e por processos colaborativos. Novos papéis dos educandos e dos educadores em ambientes de criatividade e inovação. Tendências de abordagens inovadoras em educação, exemplos de uso: Coursera, Gamificação, Blended Education, Flipped classroom, TBL e PBL. Educação e empreendedorismo. Lei da Inovação.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

DEMO, Pedro. *Educação Hoje: “novas” tecnologias, pressões e oportunidades*. São Paulo: Atlas S.A, 2009.

FONSECA, Cláudia Chaves. *Meios de Comunicação vão à escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SANCHO, J. M.; HERNANDEZ, F. *et al.* (orgs). *Tecnologias para transformar a educação*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Brasil. **Lei 13.243 de 11/01/2016**. Lei de Inovação. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm

Brasil. **Decreto N. 9.283 de 07/02/2018**. Regulamentação da Lei de Inovação. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm#art83

OCDE. **Manual de Oslo**. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>

OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y. **Business Model Generation**: Inovação em modelos de negócios. Londres. ed. Alta Books. 2011.

BROWN, T. **Design Thinking**: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas idéias. Ed. Elsevier. Rio de Janeiro: 2010.

Prado, M.E.B.B. **Pedagogia de projetos**: fundamentos e implicações. *Boletim o Salto para o Futuro. Série Tecnologia e Currículo, TV escola*. Brasília: Secretaria de Educação a Distância – SEED. Ministério da Educação. Disponível em www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2003/ppm/tetxt1.htm. 2003

Salto para o Futuro. **Pedagogia de projetos e integração de mídias. TV escola**. Brasília: Secretaria de Educação a Distância – SEED. Ministério da Educação. Disponível no site:

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

COLL, César; MONEREO, Carles (Orgs.). *Psicologia da educação virtual – Aprender e Ensinar com as Tecnologias da Informação e da Comunicação*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Exclusão digital: a miséria na era da informação*. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2003.

TORNAGHI, A. J. da Costa; PRADO, M. E. B. B.; ALMEIDA, M. E. BE. *Tecnologias na educação: ensinando e aprendendo com as TIC: guia do cursista*. 2ª edição. Brasília: Secretaria de Educação a Distância, 2010. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000011620.pdf>.

Componente Curricular: Libras III

Etapa: III

Núcleo: Integrador

Carga Horária: 40h

EMENTA/METODOLOGIA

Expressões faciais e sua importância para a língua de sinais; Palavras antônimas; Sinais referentes aos diferentes espaços e pontos turísticos de Brasília; Numerais, quantidades e valores Monetários; Noções de Escrita de Sinais; Introdução ao ensino de Português como segunda língua para Surdos brasileiros.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. **Língua de sinais**: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SALLES, H. M. M. L. et al. **Ensino de língua portuguesa para surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: Ministério da Educação, 2004. (vol. 1 e 2).

STUMPF, M. R. **Escrita de sinais I**. Florianópolis: UFSC, 2008. (Coleção Letras Libras – Eixo formação específica). Disponível em: <<http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/escritaDeSinaisI/scos/cap15521/1.html>>. Acessado em 22 abr 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BARRETO, M; BARRETO, R. **Escrita de sinais sem mistérios**. v.1. Belo Horizonte: Ed, do autor, 2012.

BARROS, M. E. **ELiS**: sistema brasileiro de escrita das línguas de sinais. Porto Alegre: Penso, 2015.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BOTELHO, P. **Linguagem e letramento na educação dos surdos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

QUADROS, R. M. (1997) Chapter 9. Um capítulo da história do *SignWriting*. In: **A History of SignWriting**: written in Brazilian Portuguese. Disponível: <<http://www.signwriting.org/library/history/hist010.html>>. Acessado em 22 abr 2017.

Componente Curricular: Elaboração de material didático

Etapa: Práticas de ensino (execução; reelaboração; análise)

Núcleo: Integrador

Carga Horária: 40h

EMENTA

O conceito de material didático. Livro e outros materiais de apoio didático. Análise de materiais de apoio didático. Produção de material didático para uso na educação profissional com base nos conhecimentos adquiridos e relacionando-os ao cotidiano da comunidade escolar (contextualização).

*Um dos principais objetivos desse componente é fomentar a produção didático-pedagógica para auxiliar o aluno na intervenção pedagógica.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ANTUNES, Celso. *Novas maneiras de ensinar – Novas formas de aprender*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARNEIRO, M. H. da S.; SANTOS, W. L. P. dos; MÓL, G. de S. Livro Didático inovador e professores: uma tensão a ser vencida. *Revista Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências*, V. 7, N. 2, dez 2005. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/ensaio/issue/view/20/showToc>

CORACINI, M. J. (Org.). *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático*. São Paulo: Pontes, 1999.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundárias brasileira*. São Paulo: Igru, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ARNAY, J. Reflexões para um debate sobre a construção do conhecimento na escolar: rumo à cultura científica escolar. In: RODRIGO, M. J.; ARNAY, J. *Conhecimento cotidiano, escolar e científico: representação e mudança*. São Paulo: Ática, 1998.

LAJOLO, Marisa. *Livro didático: um (quase) manual de usuário*. Em Aberto, Brasília, n. 69, v. 16, jan./mar. 1996. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1033/935>.

SILVA, Máisa Alves. “Pela mediação da aprendizagem em sala de aula”: as orientações aos professores nos livros didáticos do 1º ano do Ensino Fundamental. 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

Componente Curricular: Estágio Supervisionado

Etapa: Práticas de ensino (execução; reelaboração; análise)

Núcleo: Integrador

Carga Horária: 360h

EMENTA

Produção científica na área de educação: tendências e perspectivas. Enfoques. Métodos. Orientações para a elaboração do projeto de intervenção (trabalho de conclusão de curso).

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BARBIER, R. *A pesquisa-ação*. Brasília: Líber, 2004.

FAZENDA, I. (org.) *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. *Novos enfoques da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1992.

LUDKE, M. e ANDRE, M.E.A.D. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

GATTI, B. A. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Editora Plano, 2002.

VILLAS BOAS, B. M. F. *Projeto de intervenção na escola: mantendo as aprendizagens em dia*. Campinas, SP, Papirus, 2010.

ETAPA 4 - Intervenção Pedagógica	
NÚCLEOS	COMPONENTES CURRICULARES
Integrador	Estágio Supervisionado Final Elaboração de TCC

ANEXO II

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

1. Projeto de Intervenção Local

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade acadêmica aplicável em diversos cursos e sua forma é definida no projeto pedagógico do curso. O trabalho acadêmico a ser apresentado como TCC neste curso é o projeto de intervenção local, que deverá refletir a consolidação dos conhecimentos construídos ao longo do curso; a formação técnica e pedagógica do estudante-professor; e a capacidade investigativa do estudante-professor em seu contexto de atuação.

São inúmeros os desafios enfrentados pela prática docente. Enfrentá-los requer reflexão sobre as ações. É nesse sentido que se propõe o projeto de intervenção local como atividade acadêmica neste projeto pedagógico. O referido projeto propiciará a realização de uma pesquisa centrada na realidade da instituição de ensino, envolvendo sua comunidade e visando a uma transformação.

O projeto de intervenção está fundamentado nos pressupostos da pesquisa-ação. Deve-se destacar que essa modalidade de pesquisa apresenta notadamente um caráter pedagógico: já que os sujeitos, nesse caso, os estudantes-docentes, ao pesquisarem sua própria prática, produzirão novos conhecimentos, ressignificando sua prática.

O projeto de intervenção deverá partir de um determinado problema, buscando contribuir, de alguma forma, para a mudança da realidade. Para elaborar tal projeto, é preciso conhecer o contexto em que se pretende atuar, além de criar alternativas para reverter a situação-problema, ter compreensão do real esforço para realizá-lo e a capacidade para propor e viabilizar a intervenção. Ademais, a elaboração de um projeto de intervenção não supõe uma ação isolada, sob pena de as transformações desejadas não ocorrerem caso não haja o envolvimento de outros parceiros na instituição.

A proposta do projeto de intervenção como trabalho acadêmico a ser apresentado como TCC vai ao encontro da reflexão de Freire (1996), quando afirma que nosso papel no mundo não deve ser o de quem simplesmente constata o que ocorre, mas que também o de quem intervém como sujeito de ação.

Roteiro para elaboração do projeto de intervenção

Título: o título deve representar claramente o tema do projeto.

Público-alvo: indica o segmento, ou a série, ou a turma, ou o grupo de alunos e/ou professores com o qual se vai trabalhar. Deve ser identificado o público destinatário do projeto. O projeto visa atender a quem?

Ambiente institucional: parte destinada à contextualização. Nela, pode haver a descrição do local em que a intervenção ocorrerá, apresentando inclusive um histórico a da instituição/campus. Apresentam-se informações gerais sobre a instituição, os problemas e os desafios a serem superados.

Justificativa e caracterização do problema: deve-se explicitar o problema, bem como as razões pelas quais o projeto será realizado, além dos impactos positivos que poderá causar no contexto institucional.

Objetivos: nesta parte, deve-se responder à questão: o que o projeto pretende discutir, propor?

Embasamento teórico: explicitação dos referenciais teóricos que nortearão a concepção e a realização do projeto.

Percurso metodológico: como o projeto será realizado? Quais atividades serão desenvolvidas?

Cronograma: sequência temporal em que as atividades ocorrerão.

Acompanhamento e avaliação: apresentar informações de como serão realizados o acompanhamento e a avaliação do projeto.

2. Atribuições da Coordenação do Curso no que tange ao TCC

Em relação ao TCC, competirá à coordenação do curso:

- I - Propor e divulgar as normas específicas para a elaboração e a apresentação do projeto de intervenção.
- II - Definir e aprovar a relação de professores orientadores.
- III – Definir, juntamente com o orientador, a composição da Banca Examinadora.

3. Orientação do TCC

O trabalho de conclusão de curso será desenvolvido sob a orientação de dois professores, um com formação compatível à área em que o trabalho será realizado, que orientará os aspectos específicos da área de atuação; e outro que orientará quanto aos aspectos didático-pedagógicos. O professor orientador deverá colaborar com o aluno na escolha e definição do tema do TCC; orientar a elaboração do TCC em contatos e encontros periódicos, em horários e prazos previamente fixados, avaliando o desempenho do(s) orientando(s); participar obrigatoriamente da avaliação dos TCC's sob sua orientação.

Deve-se destacar que a responsabilidade pela elaboração do projeto é integralmente dos alunos, cabendo aos professores orientadores o desempenho das atribuições decorrentes da atividade de orientação.

4. Apresentação e avaliação do TCC

A apresentação do projeto de intervenção deverá ser pública, e sua avaliação será formalizada de acordo com os seguintes critérios:

Aprovado (o trabalho acadêmico atendeu aos critérios exigidos).

Aprovado com ressalvas (o trabalho acadêmico atende em partes aos critérios, devendo ser reestruturado, conforme indicação dos examinadores).

Reprovado (o trabalho acadêmico não atendeu aos critérios exigidos).

ANEXO III

ESTÁGIO

ESTÁGIO

A Resolução CNE/CEB nº 2/97, que dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio, determina, em seu Art. 4º, que o programa se desenvolverá em, pelo menos, 540 horas, incluindo a parte teórica e prática, esta com duração mínima de 300 horas.

De acordo com o Art. 5ª da referida Resolução, a parte prática do programa deverá envolver não apenas a preparação e o trabalho em sala de aula e sua avaliação, mas todas as atividades próprias da vida da escola, incluindo o planejamento pedagógico, administrativo e financeiro, as reuniões pedagógicas, os eventos com participação da comunidade escolar e a avaliação da aprendizagem, assim como de toda a realidade da escola.

A Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, nível superior, curso de licenciatura, em seu Art. 12, corrobora com o disposto na Resolução supracitada, ao indicar que, na matriz curricular, a prática não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio.

Considerando esses aspectos, este Projeto propõe uma carga horária de 310 h para a parte prática, reservando-se, dentro dessa carga horária, 110h especificamente para atividades de estágio, que serão realizadas a partir da segunda etapa do curso nos *campi* do Instituto Federal de Brasília. Cabe ressaltar que, quando este curso for ofertado para um público externo, haverá a possibilidade de o cursista realizar o estágio em outra instituição que ofereça educação profissional.

Destaca-se que serão utilizadas no estágio, sob o devido acompanhamento, as horas comprovadamente dedicadas pelo cursista à prática docente.

Atividades de estágio

Etapa 2 – Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem (30h)

1. Atividades de observação e debate acerca da realidade observada

Nessa prática, o professor-aluno será primeiramente orientado quanto à observação que deverá ser feita envolvendo interação em sala de aula (10h). Posteriormente, ocorrerá a observação (10h). Por fim, os professores-alunos participarão de seminários com o objetivo de discutir os dados obtidos na observação (10h). Os professores que atuarão na segunda etapa serão responsáveis pela orientação dessa atividade.

Etapa 3 – Práticas de Ensino (80h)

1. Atividades de observação e debate acerca da realidade observada (30h)

Essa parte envolverá observação de aulas tomando como princípio os fundamentos do processo de ensino-aprendizagem, a organização didático-pedagógica e a avaliação da aprendizagem. Serão dedicadas 10h para a observação de aulas. Deverão ser observadas aulas na área específica em que o estudante atua e também aulas de componentes do núcleo comum. Com base nessa observação, serão feitos seminários para discutir o resultado dessas observações (20h). As discussões ocorridas nesses seminários nortearão a atividade de regência, a ser realizada posteriormente.

2. Atividade docência supervisionada (30h)

Esta é a etapa de regência. Nela, serão dedicadas 10h para a orientação. Serão orientadores, nessa etapa, os formadores que atuaram em qualquer etapa do curso, juntamente com professores das áreas específicas da formação que estiver sendo ofertada (para a primeira turma, administração, construção civil e informática). O trabalho de orientação será, portanto, articulado: professor da área pedagógica + professor da área técnica. Essa orientação envolverá a realização de planos de aula, que deverão ser executados.

Serão 10h de docência supervisionada, que ocorrerá nas próprias turmas em que já atuam os professores. Os orientadores poderão acompanhar essa regência presencialmente, ou poderá haver a gravação dessas aulas para posterior avaliação dos orientadores.

Finalizada essa etapa, o cursista deverá elaborar relatório de estágio (10h), no qual apresentará o planejamento feito para as aulas e fará um relato do desenvolvimento das atividades, apontando as dificuldades enfrentadas.

3. Atividade de avaliação da docência (20h)

Após a regência e a elaboração do relatório de estágio, serão realizados seminários de avaliação das atividades de docência. Para tanto, os cursistas serão divididos em grupos para que os seminários ocorram com profissionais das áreas específicas, que acompanharão o resultado da regência e, com base nele, discutirão a didática específica para cada área.

Quadro-síntese das atividades de estágio:

ESTÁGIO	
<i>Etapa 1, 2, 3 e 4</i>	
ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA
ETAPA 1 Memorial autobiográfico	60h
ETAPA 2 Orientação (20h) Observação (10h) Seminário de avaliação (30h)	60h
ETAPA 3 Planejamento da regência (40h) Seminário de avaliação(20h)	60h

ETAPA 4 Intervenção Pedagógica - Regência	120h
TOTAL	300h

Documento Digitalizado Público

PPC atualizado

Assunto: PPC atualizado
Assinado por: Guilherme Kubiszeski
Tipo do Documento: Projeto
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Guilherme de Freitas Kubiszeski, COORDENADOR GERAL - FG1 - COGEN**, em 08/04/2022 07:37:38.

Este documento foi armazenado no SUAP em 08/04/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 332559

Código de Autenticação: fa577e380f

